

VIVA! 1º CONGRESSO DO PPRI!

NACIONAL + pag / 3 a 4

Direções sindicais burocráticas e governistas seguem contendo e desviando a disposição de luta das massas, impondo os ataques da burguesia e recorrendo inclusive à repressão estatal

EDITORIAL

pag / 3

Superar as burocracias sindicais para retomar o instrumento histórico dos assalariados para lutar contra a exploração e conquistar sua independência do governo e dos patrões!



NACIONAL

PRAÇA DA SÉ

O 1º de Maio em São Paulo foi *marcado pelo divisionismo*

+ pag/10

BOA VISTA - RR

Ato político do 1 de Maio em Roraima

+ pag/10

LITORAL NORTE - SP

1º de Maio unitário, independente, classista e internacionalista

+ pag/11

SINDICAIS

BALANÇO PARCIAL DA GREVE DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO:

Mais uma derrota do funcionalismo de responsabilidade das direções pelegas e traidoras

+ pag/15

INTERNACIONAL

EDITORIAL

+ pag/22

A GUERRA COMERCIAL DE TRUMP PROJETA O INTERVENCIONISMO IMPERIALISTA EM LARGA ESCALA

**PERCURSO DA REVISÃO
ANTIMARXISTA DO POR**

+ pag/30

Política de guerra de Donald Trump contra os imigrantes

+ pag/26

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Direções sindicais burocráticas e governistas seguem contendo e desviando a disposição de luta das massas, impondo os ataques da burguesia e recorrendo inclusive à repressão estatal

Superar as burocracias sindicais para retomar o instrumento histórico dos assalariados para lutar contra a exploração e conquistar sua independência do governo e dos patrões!



Permanece o quadro geral no campo sindical dos últimos anos, de um lado, há a disposição dos assalariados em geral, e dos servidores públicos em particular, em reagir aos ataques sofridos, principalmente sobre os seus salários e direitos; de outro lado, as direções sindicais burocráticas e governistas tentam a todo custo conter e desviar esta disposição, utilizando-se da quebra da democracia sindical nas assembleias, do não encaminhamento de pautas e ações aprovadas nelas, do desvio do movimento para o parlamento ou o judiciário, em alguns casos chegando, inclusive, a se apoiar em ameaças e recorrer a medidas repressivas dos governos e do judiciário, etc.

Os sindicatos, que surgiram no capitalismo como uma autêntica criação do proletariado, de instrumentos de frente única e resistência contra os excessos do patronato e os seus governos foram transformados em aparatos extremamente burocratizados para defesa dos governos e aplicação da política burguesa, abandonando completamente as reivindicações imediatas e mais sentidas pelos assalariados. Desde a constituição do governo de frente ampla de Lula/Alckmin, denunciemos o agravamento deste fenômeno, como no Jornal n. 02 de março de 2023 onde afirmamos que “*As direções se subordinam espontaneamente à centralização governamental, apesar de não terem quase nenhuma possibilidade de interferência nas decisões sobre as políticas governamentais. A consequência é um alto grau de estatização das organizações das massas, comparável às da época de Vargas, da Ditadura Militar e certamente ainda maior que durante os primeiros governos do PT, neste século.*”

A situação do magistério paulista expressa bem este quadro: o governo Tarcísio demite os professores contratados aos milhares, arrocha os salários, impõe as escolas cívico-militares, fecha salas e turnos, privatiza as gestões das unidades escolares e todo tipo de ataque concentrado contra a educação pública. A categoria, mesmo atingida após anos de ataques, reage como disposição de luta, comparece às assembleias, mesmo sem o trabalho de base da direção sindical, mas se depara com o peso da burocracia sindical e suas manobras, que impede as intervenções das correntes no carro de som na assembleia, não reconhece que a maioria dos professores presente votou pela greve imediata por tempo indeterminado, rechaçando a manobra de “construção” infinita da greve. A burocracia chegou ao cúmulo de assimilar e reproduzir na categoria as ameaças de demissão contra os professores contratados, caso haja greve, bem como se subordinaram à medida judicial de imposição de multas e de um percentual mínimo de trabalhadores para manter os serviços durante a greve. Ver matéria pág. 18.

No caso dos trabalhadores municipais de São Paulo, onde os servidores conseguiram superar as burocracias divisionistas para iniciar a greve, estas alteram diversas vezes as deliberações das assembleias para se adequarem ao calendário da Câmara Municipal, desorganizando o movimento


e canalizando o mesmo para o parlamento. As assembleias são massivas, mas os servidores se deparam com sindicatos diversos, com assembleias separadas, com encaminhamentos separados, ainda que lutem contra o mesmo patrão e contra as mesmas medidas. Ver matéria pág. 15.

A força gravitacional governista de conciliação de classe é tão forte que conseguiu atrair até mesmo as chamadas oposições de esquerda, que nada mais fazem do que conciliar com as direções burocratizadas, divergindo apenas de grau com estas. Nos fatos, servem de ponto de apoio a essas burocracias para desviar e desmontar as tendências de luta.

Os atos do 1º de Maio em São Paulo, principal cidade do país, expressaram a crise de direção: houve o ato festivo e de defesa aberta do governo federal, organizado pelas grandes centrais sindicais; o tradicional ato na Praça da Sé (ver balanço na pág. 10) contou com a presença apenas de um setor da vanguarda. Seu manifesto, decidido burocraticamente, rejeitou as formulações que poderiam se chocar com o governo federal, como “abaixo o arcabouço fiscal”, ao mesmo tempo que canalizou a luta pelo fim da jornada 6x1 para um plebiscito popular. Por fim, o ato chamado pela CSP-Conlutas, divisionista do ato tradicional da Sé, embora tenha formulado as críticas ao governo federal com as bandeiras contra o arcabouço fiscal, abaixo às contrarreformas trabalhista e da previdência etc., esteve sob a linha política do PSTU de oposição de esquerda ao governo, de fundo eleitoreiro, na busca por uma “alternativa” eleitoral do “governo dos trabalhadores”.

Apesar de burocratizados, os sindicatos continuam sendo um importante canal de mobilização dos explorados. Nos momentos de acirramento da luta de classes, os assalariados buscam a unidade em uma instituição de frente única e recorrem à estes organismos para impulsionar a luta pelas reivindicações. Assim, coloca-se necessário a organização das frações revolucionárias nos sindicatos para, por meio da defesa e aplicação da democracia operária, impulsionar a luta em defesa das reivindicações imediatas e os métodos correspondentes, às assembleias, paralisações, greves e ocupações. Neste percurso, será necessário retomar as formulações do período de ascenso das lutas grevistas dos anos 70 e 80, que foram gravadas nas primeiras resoluções congressuais da CUT e abandonadas nas décadas seguintes pelas direções sindicais que tomaram o caminho da estratégia democratizante e do eleitorismo, como a bandeira de direito de greve irrestrito, ação direta das massas, fim do imposto sindical (inclusive sob a nova roupagem de taxa negocial ou contribuição assistencial) e da intervenção estatal (dos governos e do judiciário) no movimento sindical, etc. Bem como vincular a luta em defesa das reivindicações imediatas com a defesa da superação do capitalismo, projetando a luta em defesa da revolução proletária, do governo operário e camponês, e do socialismo! ●

VIVA O 1º CONGRESSO DO PPRI!

 Nos dias 19 e 20 de abril, foi realizado o I Congresso do Partido Proletário Revolucionário Internacionalista, o PPRI. Assim, cumprimos com a obrigação e princípio leninista de consolidar o embrião do partido firmado em um programa que aplique as leis da revolução proletária na época de desintegração capitalista. O partido revolucionário é o seu programa, o que significa dizer que sua organização, suas táticas e seus métodos devem corresponder à aplicação do Programa de Transição à realidade que se procura transformar, ou seja, à particular estrutura histórica e econômica do Brasil. A aprovação de nosso Programa, ainda que com algumas imperfeições e lacunas, condições justificadas pelo primeiro estágio ultra-embrionário do desenvolvimento dos quadros, é ainda uma importantíssima conquista teórica, política e organizativa que consolida as bases de um verdadeiro partido bolchevique.

Mas, compreendemos também que a conquista do Programa é reafirmar nossa pertinência com um elo da história da luta incansável pela reconstrução da direção revolucionária mundial que foi destruída pelo estalinismo, e depois agravada com o revisionismo do marxismo-leninismo-trotskismo no que afundaram os que continuaram a tarefa de Trotsky de construir a IV Internacional. Mais um elo nessa degenerescência teórica e organizativa veio à tona quando o CERQUI revisou nosso dirigente histórico, Guillermo Lora, e se encaminhou para se constituir em um satélite do revisionismo morenista em nosso país. Retomamos a tarefa de reconstruir a direção revolucionária nas piores condições, mas cientes que não há outra via que a de fundir o programa e estratégia revolucionárias à classe revolucionária, o proletariado, sem a qual não sobrevivem em pé os partidos que se reclamam do trotskismo.

Essa tarefa foi indiciada por Lora, que soube fundir a teoria marxista-leninista-trotskista e a construção ao partido de quadros ao proletariado, permitindo ao POR da Bolívia sobreviver por mais de 80 anos. História que agora está

sendo destruída aceleradamente por seus “discípulos” que seguiram na direção após sua morte, e que, como assinalamos em nota publicada neste jornal (ver página 19), *“se mostrou incapaz de assimilar a importância da defesa de Guillermo herdeira do estalinismo continuava no poder se apoiando nas formas da democracia formal burguesa, uma vez que não se conformou a burguesia como classe dominante no Estado”*. Quanto mais o POR boliviano se afastava de sua penetração inicial no proletariado, e que permitiu ao POR ser direção teórica (ainda que não física e política) do processo revolucionário que começam em 1952, e culminam em 1971 com a Assembleia Popular que aprovou o programa porista, antes de sua dissolução pelo golpe de Barrientos. Ganhou expressão a política pequeno-burguesa que acabou arrastando o POR ao revisionismo sobre o programa para a Rússia que defendera Guillermo Lora. Essa herança tem fundamental importância para o PPRI, que dá relevância e destaque em seu programa à tese de que *“Apesar da política contrarrevolucionária das burocracias, enquanto permaneçam em pé as bases materiais que dão seu conteúdo social operário aos países que fizeram a revolução, esse antagonismo fundamental subordinará os choques e conflitos mundiais e condicionará, portanto, o programa, a tática e linha política do partido revolucionário”*, portanto, que é o programa da Revolução Política defendido por Trotsky e por Guillermo Lora (pelo menos até 1996, data dos seus últimos escritos sobre o tema), é chave para os revolucionários, que não se corromperam no impressionismo teórico, defender as conquistas revolucionárias do proletariado.

É parte de nossa herança traduzido no Programa a tese de Guillermo Lora, *“A economia mundial – fenômeno histórico e contemporâneo – é uma potente realidade unitária, que tem vida própria e se rege por suas próprias leis. Está além das economias nacionais, as conforma e às submete a suas leis gerais. Tais leis, ao se refletirem em um determinado contexto econômico-social*

– em nosso caso, de país atrasado – e, ao atuarem através dele, motivam as particularidades nacionais” (“Necessidade Histórica do Partido Mundial”). As particularidades de nosso país nada mais são, portanto, *“que a refração das leis gerais do capitalismo em uma determinada estrutura econômico-social, determinam a estratégia revolucionária”*. (Projeto de Informe sobre a América Latina, junho de 1977).

//

...
A aprovação de nosso Programa, ainda que com algumas imperfeições e lacunas, condições justificadas no primeiro estágio ultra-embrionário do desenvolvimento dos quadros, é uma importantíssima conquista teórica, política e organizativa que consolida as bases de um verdadeiro partido bolchevique.

Esse método da análise marxista se estrutura na exposição sequencial e no desenvolvimento das formulações e fundamentos programáticos, começando pelo ponto Internacional; continuando pelas manifestações dessas leis econômicas e políticas na particular estruturação da realidade latino-americana que dão seu conteúdo ao programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina; na sequência estabelece a análise da estruturação histórica, econômica e social do país; e culmina com o fundamentação teórico e política do caráter do país, das tarefas colocadas à revolução proletária, e estabelece de forma sintética e científica as táticas e os métodos da revolução proletária no Brasil.

Nossa brevíssima história como partido, temos permanentemente afirmado que reivindicamos muitos elementos da herança marxista e proletária do POR antes de sua degenerescência revisionista em 2022. Uma dessas heran-

continua →

“... A experiência nos ensinou que sem conseguir que um setor ou fração do proletariado se aproxime do partido, e se eleve aos quadros de direção, as leis políticas de degenerescência se imporão, e o partido poderá perecer sob a pressão de classes hostis a seu programa e seu conteúdo de classe.

ças são os documentos constitutivos do CERQUI, especialmente seus Estatutos, redigidos por Guillermo Lora em 1991, onde consta que para ser militante do partido mundial da revolução socialista é um princípio da militância revolucionária a defesa da caracterização da Rússia como Estado Operário degenerado e, portanto, o programa da Revolução Política. A direção do CERQUI rasgou esse Estatuto com sua revisão antimarxista da Rússia como capitalista, aprovada no seu V Congresso em 2022. Outra herança que reivindicamos consta do Programa do POR, aprovado em 2013, na qual se caracteriza que no Brasil colonial predominava um sistema econômico baseado na força de trabalho escrava e relações econômicas não desenvolvidas na sua forma especificamente capitalista, que configuravam o pré-capitalismo. E que o país se desenvolve na sua forma específica de país capitalista atrasado, de economia desigual e combinada, quando o capitalismo entra em sua fase final de desenvolvimento, que é de decomposição, a fase imperialista, se inserindo nas relações da divisão mundial do trabalho como semicolônia.

Mas, é também parte da herança marxista e do método da análise materialista-dialética revisar criticamente os aspectos imprecisos ou que traziam conceitos não-marxistas ao interior do programa. Após um aprofundado estudo da obra marxista, chegamos à conclusão, por exemplo, que não devíamos assimilar o conceito da existência de um suposto “capitalismo comercial” como uma fase diferenciada do

modo de produção capitalista, então em formação na Europa (período da assim chamada acumulação primitiva). Sobre isso, teremos ainda um longo percurso de formação e debates que nos ajudarão a apresentar o estudo, as formulações e conclusões que nos levaram a essa decisão.

Ainda é importante ressaltar que conseguimos traduzir na linguagem da técnica organizativa do funcionamento partidário não apenas a herança dos Estatutos de nossa anterior organização, como fundamentalmente demos mais um passo em seu enriquecimento ao dar maior importância ao fundamento leninista de que o partido começa e termina nas células, além da importância dos organismos encarregados de cuidar pela integridade moral e política do partido e seus militantes. Finalmente, deixamos mais clara a relação, deveres e direitos que são reservados às minorias e à formação de tendências e frações. As experiências negativas, nesse sentido, nos têm servido para assimilar a herança anterior que reivindicamos e construir cimentos sobre os quais iremos fixar nossa própria herança partidária. Por isso, é parte dessa herança que pretendemos constituir a permanente vigilância do método da elaboração coletiva, que permita formar permanentemente novos quadros mais firmes, capazes de assumir as tarefas de direção e construção partidária, sem precisar recorrer aos caudilhos que destroem os fundamentos do centralismo democrático e impondo nas relações internas, com manobras e corrupção pessoal, o centralismo burocrático, onde a confiança pessoal se superpõe à confiança política que é avaliada e colocada em prova na luta de classes e na construção partidária.

O atraso por um ano do nosso primeiro Congresso (devia ter sido realizado no ano passado) nos permitiu consolidar as conquistas teóricas e desenvolver as discussões coletivas que deviam consolidar nossas conquistas que alcançamos já desde a luta interna do POR. Este texto não pretende esgotar todos os aspectos que dizem respeito ao

nosso Congresso. A publicação do folheto com nosso Programa será realizada brevemente, o que nos permitirá abrir uma via ao debate com a vanguarda.

O programa e o partido ainda terão um percurso para se aperfeiçoar e firmar solidamente em seu caráter marxista-leninista-trotskista. Mas, demos um passo fundamental e decisivo para que esse caminho seja frutífero, sobretudo, objetivando penetrar na classe operária. Nosso Congresso colocou isso como palavra de ordem de primeira importância para a militância. A experiência nos ensinou que sem conseguir que um setor ou fração do proletariado se aproxime do partido, e se eleve aos quadros de direção, as leis políticas de degenerescência se imporão, e o partido poderá perecer sob a pressão de classes hostis a seu programa e seu conteúdo de classe. O programa marxista é a generalização teórica de toda a experiência viva e histórica do proletariado, de forma que sua preservação contra o revisionismo permite ao partido sobreviver ainda nas piores condições e retrocesso político profundo do proletariado. Mas, sabemos também que não terá como sobreviver sem fundir a estratégia com a classe operária que fará a revolução e construirá sua democracia e estado como a classe historicamente revolucionária, iniciando a transição do capitalismo ao socialismo. Somente assim teremos direito de nos chamar partido bolchevique e nos reclamar como direção revolucionária. Somente assim terá como o proletariado romper com o curso do retrocesso, dar saltos em sua consciência socialista e assumir seu lugar de direção da nação oprimida.

A tarefa de construir um partido cimentado diariamente sobre o método da análise marxista, a construção de quadros que sejam capazes de traduzir o programa em ação coletiva do proletariado e das massas, construir uma direção capaz de dirigir a revolução proletária, é titânica, mas deve ser feita nas piores condições sabendo que não há alternativa ao socialismo que não seja a mais completa barbárie. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

Abaixo a lei anti-greve e a intervenção do poder judiciário nos movimentos grevistas!

Em defesa do direito irrestrito de greve!

Desde a constituição da classe operária no Brasil, a atividade de greve esteve na quase totalidade do tempo na ilegalidade.

Durante a chamada República Velha (1889-1930) a greve era considerada uma ameaça à “ordem pública” e no Código Penal de 1890 era um crime contra a “liberdade do trabalho”. Sob os governos de Vargas de 1930-1945, a proibição foi mantida e incluída na Constituição de 1937. Mesmo com o movimento de legalização dos sindicatos (para controle por meio do registro sindical, unicidade sindical e imposto sindical) a greve continuou ilegal. Até mesmo os governos nacionalistas e mais vinculados aos movimentos sociais e sindicatos não reverteram a proibição das greves. O regime militar (1964-1985) endureceu mais ainda a legislação. Em 1966 foi editada uma Lei de Greve com o objetivo claro de restringir e mesmo de negar completamente o direito de greve.

Não é preciso dizer que o fato de ser ilegal não impedia que as greves ocorressem. Desde as históricas greves da construção civil e ferroviários no final do século XIX, passando pela primeira greve geral de 1917, a greve dos 50 mil em 1919 no Rio de Janeiro, a greve dos 300 mil em 1953, as greves durante o governo Jango e, principalmente, as greves operárias no ABC paulista no final de década de 70 e início dos anos 80, que foram fundamentais para a crise do regime militar.

Somente com a Constituição de 1988 (quando ainda ecoavam as greves operárias por todo o país) a greve foi finalmente legalizada. O seu art. 9º diz que “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. No entanto, oito meses após a promulgação da Constituição, foi aprovada a Lei de Greve (Lei 7.783/1989), que ao regulamentar as greves na iniciativa privada, proibiu a greve de solidariedade, os piquetes (forma de imposição da maioria sobre a minoria fura-greve), previu a obrigatoriedade de prazo para aviso sobre greve, impôs uma forte restrição da greve nas chamadas atividades essenciais e impôs ao Poder Judiciário o papel de árbitro sobre o movimento grevista. O mesmo Poder Judiciário que nos anos seguintes estabeleceu a jurisprudência (decisões reiteradas dos tribunais) que durante a greve os contratos de trabalho ficam suspensos, portanto, sendo legais os cortes de salários.

Como não há uma lei de greve sobre os servidores públicos, a Justiça burguesa aplica a lei da iniciativa privada (Lei 7.783/1989). Mesmo assim, não faltam projetos de lei em tramitação no Congresso regulamentando o funcionalismo, prevendo, por exemplo, o corte de ponto e abertura de processo administrativo disciplinar em caso de adesão à greve.

O governo de Frente Ampla de Lula/Alckmin, inclusive, anunciou recentemente

Na prática, não existe o direito de greve no Brasil. O que existe é uma direta intervenção ditatorial do estado burguês sobre a vida interna dos sindicatos e sobre as decisões de seus filiados. Cabe apenas aos sindicatos decidir quando, como e com que métodos fazer suas manifestações em defesa de suas condições de vida.

te que pretende enviar ao Congresso um projeto de lei tratando da matéria, sem entrar em detalhes. Tudo indica que será para limitar e restringir mais ainda o direito de greve dos servidores, já que este mesmo governo no ano passado ingressou com ação judicial para declarar a greve do INSS como ilegal e anunciou o corte de ponto dos grevistas.

Como se constata, ao mesmo tempo em que o estado burguês concedeu o direito de greve com a mão esquerda em 1988, o retirou com a mão direita oito meses depois com a lei de greve (verdadeira lei anti-greve). Durante os anos 90 e 2000 muitas greves foram julgadas ilegais pelo poder judiciário, com imposição de pesadas multas sobre os

sindicatos e mesmo sob os diretores sindicais, como ocorreu na importante greve dos petroleiros de 1995, que foi fundamental para impedir a completa privatização da Petrobrás.

Mas, sem dúvida alguma, houve um salto qualitativo na repressão aos movimentos grevistas após o golpe de estado de 2016. Desde o golpe as decisões judiciais se tornaram cada vez mais repressivas e duras. Tal situação não mudou com a constituição do governo de frente ampla da burguesia, vencedor das eleições de 2022. Qualquer movimento grevista que consiga romper a camisa de força da burocracia sindical governista, imediatamente se depara com a imposição da ilegalidade da greve e a imposição de multas e a determinação de uma porcentagem da categoria que deve trabalhar (que na prática, se for seguida, esvazia e inviabiliza a greve).

Na prática, não existe o direito de greve no Brasil. O que existe é uma direta intervenção ditatorial do estado burguês sobre a vida interna dos sindicatos e sobre as decisões de seus filiados. Cabe apenas aos sindicatos decidir quando, como e com que métodos fazer suas manifestações em defesa de suas condições de vida. Os sindicatos foram organizados para lutar contra a burguesia e seu estado, por isso, se deve rejeitar qualquer ingerência destes na organização e decisão de nossos organismos de classe. De forma que o movimento grevista que

continua →

se subordinar ao direito burguês está antecipadamente derrotado, e estará introduzindo em suas organizações os métodos e objetivos de seus inimigos. A greve não deve ser entendida como um “direito constitucional” (que pode ser inclusive retirado), mas como um direito dos assalariados a lutarem para impor suas reivindicações, e como um método de ação dos trabalhadores na sua luta contra a burguesia e seus governos. Quando os assalariados organizam uma greve fica claro o caráter repressivo da legislação e aparato estatal: “pode-se fazer greve”, mas o ponto será cortado, haverá multa milionária, deve-se manter o mínimo de 70% do efetivo no trabalho, não pode fazer

piquete, não pode bloquear as rodovias, etc. Legaliza-se a greve formalmente, em palavras, mas nega-se todo o conteúdo da atividade grevista na prática. Isso demonstra que a burguesia compreende muito bem a tese leninista de que em toda greve acoberta-se a hidra da revolução. Abortar e negar o direito de greve é um objetivo da burguesia para impedir que o proletariado e os assalariados, por meio da prática na luta de classes, se aproximem de seu programa e estratégias revolucionárias.

Abaixo a lei anti-greve!

Em defesa do direito irrestrito de greve!

... **Breve Histórico da CUT sobre a defesa irrestrita do direito de greve:**

A Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981 em Praia Grande/SP, que criou a Comissão Nacional Pró-CUT que, dois anos depois, deu origem à Central, aprovou em sua resolução o ponto 7, que dizia: “Direito de greve – legislação assegurando o princípio constitucional do amplo e irrestrito direito de greve, inclusive na administração pública; – abolição de todas as leis restritivas ao direito de greve”.

No 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, de 1983, há a bandeira de “pelo direito irrestrito de greve”

No 2º Congresso da CUT, de 1984, No Rio de Janeiro/RJ, aprovou-se: “O governo acaba de lançar uma nova lei de greve que, na prática, mantém a proibição ao livre exercício da greve, tentando arrancar dos trabalhadores a nossa arma mais eficaz para quebrar a intransigência e a ganância patronal. A CUT reafirma que só existirá democracia com o direito irrestrito de greve”.

No 3º Congresso da CUT, de 1988, em Belo Horizonte/MG foi aprovada a bandeira de direito irrestrito de greve.

Depois de 1988 a bandeira foi abandonada pela CUT, expressando a adaptação à estratégia eleitoreira, à legalidade burguesa e ao burocratismo e imobilismo das burocracias sindicais.

Burocracia Sindical retoma o imposto sindical (sob nova roupagem, chamado agora de “taxa negocial” ou “contribuição assistencial”)

Abaixo o imposto sindical !

O imposto sindical foi criado por Getúlio Vargas em 1934 (posteriormente foi incluído na CLT, quando de sua criação, em 1943). A intenção do governo era introduzir um meio para estatizar os sindicatos, para melhor controlá-los. Assim, os sindicatos que até as décadas anteriores eram ilegais, foram legalizados e completamente subordinados ao Estado, que deveria registrar (autorizar) o seu funcionamento e, por meio do imposto sindical, controlar politicamente as direções colocando seu financiamento sob controle do estado. A unicidade sindical, que é a imposição estatal de existir apenas um sindicato por categoria (não se confunde com a unidade sindical, defendida pelos revolucionários) também foi criada neste período.

O imposto sindical tem a sua definição na cobrança sobre toda a categoria, incluindo os não filiados (caráter compulsório). Com a cobrança sobre toda a categoria, a burocracia sindical

não precisava elevar a consciência dos filiados para manter o sindicato com uma contribuição voluntária, portanto, poderia parasitar uma estrutura em muitos casos milionária sem precisar fazer o menor esforço para convencer os trabalhadores a se filiarem. Ao jogar muito dinheiro na estrutura sindical, sem o mínimo controle, participação e concordância direta dos trabalhadores, incentivou-se o aparelhismo, burocratismo e carreirismo. E foi se ampliando a subordinação dos sindicatos à legalidade e às instituições burguesas.

Não à toa, quando na década de 70 e 80 houve a retomada do movimento operário e sindical, tendo os metalúrgicos do ABC posição de direção do movimento geral, apontou-se para a crítica da estrutura sindical (unicidade, registro estatal e imposto sindical). No 1º Congresso da CUT, de 1984, em São Bernardo do Campo/SP, aprovou-se que: “A velha estrutura sindical: A estrutura sindical brasileira atual já tem

mais de 40 anos e ainda está em vigor. Ela tem como princípios básicos: • o corporativismo sindical (para dividir e enfraquecer os trabalhadores) • o verticalismo sindical (para manter o controle dentro da própria organização sindical) • a conciliação de classes (para harmonizar os conflitos entre patrões e trabalhadores) • a submissão ao Estado (para garantir qualquer tipo de intervenção) • o assistencialismo (para desviar a ação sindical) • o imposto sindical (como forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira) • o controle financeiro por parte do Estado (para evitar que os trabalhadores decidam investir nas lutas) • o controle político (para o Estado decidir sobre quem pode dirigir um sindicato)”.

No 2º Congresso da CUT, de 1984, no Rio de Janeiro/RJ, aprovou-se a correta bandeira de “batalhar pela abolição do imposto sindical”. No caderno de Resoluções pode-se ler também: “Ademais criaram mil dificuldades para as

categorias se organizarem em sindicato, para os trabalhadores realizarem assembleias, greves, inventaram funções assistenciais para o sindicato e o transformaram em órgão do Estado, principalmente através do imposto sindical” e “(...) conta hoje com o apoio da classe patronal, do governo e de setores encastelados na estrutura sindical atual que estão amparados na existência do imposto sindical que fundamenta o imobilismo político, o distanciamento das bases e até mesmo a corrupção.”

No 3º Congresso da CUT, de 1988, em Belo Horizonte/MG, a crítica se aprofunda, apontando que “A CUT (...) é uma ruptura com o peleguismo que vive à custa do imposto sindical, sob o manto do governo, e que dá as costas para a classe trabalhadora”. Ao constatar que a Constituição de 1988 manteve o imposto sindical, levantou-se a bandeira de: **“Pelo fim do imposto sindical. A luta contra o imposto sindical é a base para a luta contra a estrutura sindical oficial, que encontra nele o seu principal sustentáculo. Assim, o 3º Concut propõe dar caráter de massas à luta contra o imposto sindical, através das seguintes iniciativas:** 1. Estabelecer o dia 10 de abril como dia nacional de protesto contra o imposto sindical (data em que o imposto sindical é descontado da maioria dos trabalhadores), definindo formas de luta e manifestação dos trabalhadores. 2. Lançar uma campanha nacional de sindicalização preparada pela Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação que desenvolva, ao nível da massa, conceitos sobre o papel dos sindicatos, a necessidade de sustentação financeira por parte dos próprios trabalhadores, nossa compreensão sobre liberdade e autonomia sindical e a luta contra o atrelamento político e econômico do movimento sindical ao Estado. 3. Levar aos sindicatos, associações e oposições sindicais a proposta de fixação, em assembleia, das mensalidades associativas em 1% do salário dos associados. 4. Estabelecer, em julho, um dia nacional de devolução do imposto sin-

dical a partir de critérios estabelecidos pela Direção Nacional e desafiar publicamente as federações e confederações oficiais a fazerem o mesmo”

Nos Congressos seguintes, já na década de 90, as resoluções continuaram a incluir a luta contra o imposto sindical. No entanto, na medida em que o PT, corrente que dirige a CUT desde sua constituição, foi se burocratizando e avançando na sua estratégia eleitoral, as formulações foram ficando mais vagas e protocolares. De 2003, ano em que Lula iniciou o mandato como presidente, em diante a bandeira de fim do imposto sindical foi abaixada.

Nós do PPRI, expressando a tendência de luta revolucionária dos trabalhadores, **levantamos a bandeira de fim do imposto sindical, ou seja, fim da cobrança compulsória sobre os não filiados. Defendemos que os sindicatos devem ser mantidos com o dinheiro dos seus filiados, conscientemente, sob concordância e fiscalização dos próprios trabalhadores.**

No 10º Congresso da CUT, em 2009, houve uma mudança importante, a burocracia sindical, já completamente consolidada (assimilando todas as formas de manobra e aparelhismo contra a qual lutaram nas décadas de 70 e 80) aprovou a substituição do imposto sindical pela “taxa negocial” (ou “contribuição assistencial”), que deve ser aprovada em assembleia. No entanto, a referida taxa mantém o caráter de compulsoriedade sobre toda a categoria, incluindo os não filiados. Embora haja a previsão do “direito de oposição”, que é o direito do trabalhador se recusar a ter o desconto com-

pulsório, na prática ele é negado pela burocracia sindical que costuma impor um prazo curto, a presença pessoal no sindicato para a recusa, etc.

Em 2017 foi aprovada a Reforma Trabalhista, que entre outras medidas acabou com o imposto sindical previsto na CLT. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no último ano do imposto sindical os Sindicatos, federações e centrais sindicais arrecadaram R\$ 3 bilhões. Em 2022 a arrecadação caiu para R\$ 58 milhões, uma queda de 98%. A CUT que recebeu R\$ 62 milhões em 2017, em 2022 recebeu R\$ 276 mil. Foi o sinal para a burocracia sindical avançar na cobrança da taxa negocial.

A questão foi judicializada, chegando até o STF, que em 2023 entendeu que a taxa negocial é constitucional, desde que mantido o direito de oposição, dando sinal verde para a prática da burocracia sindical, independentemente inclusive de lei federal prevenindo a cobrança.

Nós do PPRI, expressando a tendência de luta revolucionária dos trabalhadores, levantamos a bandeira de fim do imposto sindical, ou seja, fim da cobrança compulsória sobre os não filiados. Defendemos que os sindicatos devem ser mantidos com o dinheiro dos seus filiados, conscientemente, sob concordância e fiscalização dos próprios trabalhadores. E isso significa constituir frações e oposições classistas e revolucionárias nos sindicatos que expressem essa luta pelo fim da intromissão do estado burguês, em qualquer de suas formas, sobre a vida interna e funcionamento dos sindicatos. E é parte ainda da luta pela completa independência política e organizativa das organizações de massas, que para serem instrumentos da luta de classes, não apenas devem romper com a política burguesa no campo ideológico e programática, erguendo sua estratégia própria de poder, como erradicar qualquer sustentáculo que sirva à burguesia para controlar e corromper suas direções. ●

Por um 1º de Maio classista, internacionalista e socialista!

Manifesto PPRI - 29 de abril de 2025

Este 1º de Maio acontece quando as massas são alvo de profundos ataques contra as condições de vida e trabalho pelos capitalistas e seus governos. O salário mínimo nacional continua sendo de fome e está permanentemente corroído pelo aumento dos preços. Metade da força de trabalho está sem regulamentação, sem direitos, com salários miseráveis e jornadas extenuantes (6x1, 9x1 e até superiores). O funcionalismo público amarga congelamentos salariais e a piora das condições de trabalho. O Arcabouço Fiscal, política essencial do governo federal, está orientado a sustentar o pagamento de juros e serviços da dívida pública à custa dos cortes em investimentos, congelamento salarial e cortes nas verbas da saúde e educação etc. complementando-se ao avanço do privatismo que liquida o direito ao ensino público e à saúde básica para a maioria nacional oprimida. A população oprimida sofre nos bairros com péssimas condições de vida e moradia, bem como da violência policial e criminosa. A juventude não tem perspectivas, pois a escola está falida e não tem emprego. Os idosos precisam continuar trabalhando por-

que recebem uma aposentadoria miserável. Os camponeses sem-terra continuam sobrevivendo à míngua nas beiras das estradas. Dezenas de povos e milhares de indígenas exigem demarcação imediata. E quando os explorados e oprimidos decidem conquistar suas reivindicações e resolver seus problemas com suas próprias mãos, são alvos de repressão e chacinas.

Este 1º de Maio acontece ainda quando a classe operária, os trabalhadores assalariados, os desempregados, os camponeses e a juventude oprimida demonstram sua disposição em se organizarem para lutar para defender seus direitos, empregos e salários. Mas, se chocam com a burocratização e divisionismo das direções sindicais que agem de forma truculenta para trair às greves, impondo a colaboração de classe e a subordinação dos movimentos e lutas ao governo burguês de Lula/Alckmin. As greves dos petroleiros, a disposição à greve pelas bases dos ferroviários, a disposição de luta do funcionalismo público e suas tendências unitárias que surgem desde as bases etc. são desviadas, boicotadas e traídas pelas direções políticas e sindicais governistas, que são verdadeiros agentes políticos dos governos e dos capitalistas ao interior dos movimentos e das organizações.

Alternam-se os governos burgueses e nada muda para os explorados, pelo contrário, tudo vem piorando. Sejam de direita ou de esquerda, todos os go-

vernos preservam os lucros dos patrões e banqueiros, à custa de destruir as condições de vida das massas. Ou bem este 1º de Maio serve à defesa das reivindicações, o que leva ao choque com os governos e os capitalistas; ou bem servirá à defesa dos governos e dos capitalistas que impõem o privatismo, congelamento de salários, precarização, desemprego etc. Por isso, é fundamental neste 1º de Maio defender a real independência de classe para que as lutas abram caminho à derrota do governo e dos patrões superando a conciliação de classe.

A luta de classes ensinou os trabalhadores não apenas como conquistar reformas. Na prática da luta de classes aprenderam o real conteúdo da ditadura de classe dos capitalistas. No passado, tendo à frente sua direção revolucionária, assimilaram os fundamentos do programa e estratégia socialista, erigindo a ponte em que as lutas pelas reformas abriram caminho à luta pela revolução e o socialismo. A forma mais elevada dessa fusão entre instinto comunista e programa revolucionário, entre o proletariado e sua direção política, levou o proletariado russo a derrubar e expropriar a burguesia, tomar posse do poder político e, constituindo o estado operário firmado sobre a propriedade nacionalizada pela revolução, abrir a época das revoluções proletárias. Essa experiência firmou raízes profundas nas massas mundiais. O escravo assalariado pelo capital aprendeu a linguagem revolucionária

e, na prática, a erguer sua ditadura revolucionária e abrir caminho à transição para o socialismo. O que passou a se refletir nas bandeiras vermelhas que eram desfraldadas, os vivas às revoluções gritadas e nos cantos revolucionários eram entoados por milhões de operários no 1º de Maio no mundo todo.

Neste 1º de Maio se manifestam com mais violência as tendências das crises, das guerras e contrarrevoluções. As guerras na Ucrânia e o genocídio palestino são fenômenos que têm por conteúdo e raiz o expansionismo belicista do nacionalismo imperialista que ganhou força com a decomposição acelerada do capitalismo, e que arrastou por trás do militarismo imperialista às nações semicolônias e aos países vassalos. Essa tendência bélica que nasce se nutre da desagregação capitalista e se projetará com o agravamento dos conflitos entre os países imperialistas e seus vassalos, de um lado, e os estados operários degenerados e seus aliados, de outro, que tem suas raízes na contradição entre as forças produtivas capitalistas, desenvolvidas sob a forma da grande propriedade privada monopolista; e as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da economia e dos meios de produção nacionalizados pela revolução proletária. Isso foi assinalado por Lênin como o antagonismo fundamental da nossa época histórica, que se abriu com a vitória da Revolução de 1917. E marca ainda hoje o curso da crise mundial.



A burguesia mundial precisa destruir maciçamente forças produtivas, recursos humanos e industriais, em uma escala muito superior à já realizada por meios econômicos, combinada a uma redistribuição dos mercados pela força, para manter a sobrevida do regime capitalista. A destruição das economias nacionalizadas pelas revoluções proletárias é a única garantia dessa sobrevida. Assim, neste 1º de Maio ganha força a bandeira da derrota do imperialismo e defesa da propriedade nacionalizada pela revolução, sem nunca apoiar a burocracia herdeira do estalinismo. Como afirma nosso Programa, aprovado no I Congresso do PPRI, *“Apesar da política contrarrevolucionária das burocracias, enquanto permaneçam em pé as bases materiais que dão seu conteúdo social operário aos países que fizeram a revolução, esse antagonismo fundamental subordinará os choques e conflitos mundiais e condicionará, portanto, o programa, a tática e linha política do partido revolucionário”*, que é o programa da Revolução Política defendido incondicionalmente por Leão Trotsky e, depois, por Guillermo Lora.

A destruição da direção revolucionária mundial da Oposição de Esquerda pelo estalinismo contrarrevolucionário, seguido da degenerescência dos partidos comunistas e trotskistas que herdaram a direção da IV Internacional após a morte de Trotsky, refletiram-se na situação mundial com o retrocesso do proletariado e também no 1º de Maio, que foi progressivamente deformado e esvaziado de seu conteúdo socialista, sendo transformado em dia de festa e tribuna política dos governos burgueses. Apesar de que nunca se apaguem o instinto comunista do

proletariado, essas derrotas impediram-no de se manifestar politicamente pela ausência do partido revolucionário. É essa contradição que se manifesta neste 1º de Maio e deve servir de lição à vanguarda marxista que não se corrompeu no revisionismo, e que a obriga a retomar a tarefa de construir os partidos proletários internacionalistas e revolucionários forjados como seções da IV Internacional que deve ser reconstruída, limpando definitivamente as manchas com as quais sujaram suas bandeiras e programa os revisionistas.

caminho aos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.

Não há solução ao militarismo, à destruição das condições de vida das massas e ao retrocesso no desenvolvimento econômico preservando o capitalismo. À decomposição das relações de produção e propriedade capitalistas segue a decomposição da democracia formal burguesa, abrindo espaço à ascensão do fascismo. É se apoiando na democracia burguesa que avança o militarismo e as tendências fascinantes. Por isso, não há como as massas se apoiarem na democracia burguesa, e

a unidade dos explorados e oprimidos sob um programa próprio e comum de reivindicações, e mobilizá-los unitariamente para os impor com os métodos da ação direta das massas. Trata-se, especialmente, de defender o programa da revolução social nos países capitalistas, e da revolução política nos estados operários degenerados, defendendo incondicionalmente as economias nacionalizadas e os estados operários sem compactuar com os interesses e políticas das burocracias.

O PPRI defende a origem classista do 1º de Maio e reivindica a luta histórica do proletariado para conquistar a real independência de classe, portanto, defendemos a construção do partido proletário internacionalista e revolucionário forjado na estratégia da revolução e ditadura proletárias que abre caminho para derrotar a burguesia, derrubar o capitalismo e dar passos ao socialismo!

Viva o 1º de Maio Classista, Internacionalista e Proletário, construído com o sangue, as lutas e as revoluções proletárias! Defender a unidade das massas sobre a base de uma plataforma comum de reivindicações e os métodos da luta de classes! Oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin! Erguer bem alto a estratégia da revolução e ditadura proletárias! Pela derrota militar da OTAN (Ucrânia) e do sionismo (Palestina)! Defender as conquistas revolucionárias do proletariado mundial por meio do programa histórico da Revolução Política! Construir o partido proletário revolucionário internacionalista, que ajude a organizar as massas para avançar no caminho da destruição revolucionária do capitalismo e na construção do socialismo! ●

AUTODETERMINAÇÃO
DOS PALESTINOS

PELO FIM
DO ESTADO DE ISRAEL

Neste 1º de Maio, deve ser erguida bem alto a estratégia internacionalista do proletariado, de estar sempre ao lado dos oprimidos contra seus opressores. É urgente denunciar o genocídio dos palestinos e organizar as greves, boicotes e ocupações para estrangular o sionismo no Brasil, ajudando assim os palestinos a derrotar o sionismo e o imperialismo, e conquistar sua autodeterminação nacional. É tarefa do proletariado defender a destruição do enclave imperialista de Israel como única via para o fim da colonização e opressão nacionais, e assim abrir a via à Palestina Una e Socialista, que acabará com toda forma de opressão nacional e social, abrindo

suas instituições, sem passar a servir de meios para as manobras ditatoriais dos nossos inimigos de classe. O importante é reconhecer que são as massas e nações oprimidas que sofrem, trucidadas pela fome, miséria, a restrição a autoritária de suas liberdades democráticas, e os massacres e morte em nome dos interesses da burguesia mundial ou das burocracias herdeiras do estalinismo. Neste 1º de Maio, portanto, está colocada a necessidade de defender a política e tática leninistas de transformar as crises e as guerras em guerra civil contra a burguesia e seus governos, abrindo o caminho às revoluções proletárias. Para isso, é preciso impulsionar

ATO 1º DE MAIO NA PRAÇA DA SÉ

O 1º de Maio em São Paulo foi marcado pelo divisionismo que corresponde aos interesses e objetivos da burguesia

O ato de 1º de Maio na Praça da Sé foi uma conquista do proletariado contra a ditadura e os governos burgueses. No passado, dezenas de milhares de operários, assalariados e oprimidos transformaram a praça em tribuna da defesa da luta unitária e dos métodos da ação direta para conquistar suas reivindicações contra os governos e patrões. Hoje, apenas reuniu uma centena de manifestantes de partidos políticos e sindicatos, estando ausente a classe operária e demais oprimidos. Paralelamente, mais de uma dezena de atos foram realizados por toda São Paulo.

O divisionismo imposto nas lutas e greves se manifesta no divisionismo no 1º de Maio. Assim como esse serve à burguesia para dividir os trabalhadores e enfraquecer sua força coletiva, subordinar às direções às negociatas no campo dos interesses do patronato e para abortar e trair as greves; assim também o divisionismo serve nos atos de 1º de Maio às direções políticas para arrastar sua base para servir às manobras dos partidos democratizantes e às disputas eleitorais.

Esse é o conteúdo político dos atos que fracionaram o ato da Praça da Sé, que é expressão da liberdade de manifestação das correntes que lutam ao interior dos movimentos e sindicatos. Esse caráter permitiria a um ato massivo e unitário de massas avaliar todas as posições políticas, permitindo ao proletariado e aos assalariados avaliarem programas, métodos e táticas, abrindo caminho a sua elevação política e ajudar a superar suas direções burocráticas, reformistas e centristas. Mas, assim como essa liberdade e democracia operária são negada aos trabalhadores nos sindicatos e movimentos, assim também o esvaziamento do ato da Praça da Sé expressa a centralização autoritária pelos governos e a burguesia das organizações de luta das massas que fazem atos divididos e defendendo apenas os interesses de frações da burguesia, dos partidos políticos burgueses da base governista e de um setor da pequena burguesia democratizante.

O divisionismo é expressão da política burguesa e da subserviência dos partidos e sindicatos - também daqueles que se reivindicam da luta revolucionária do proletariado - aos métodos e instituições da democracia formal burguesa.



sa. O ato unificado da burocracia governista é um ato que expressa a burguesia, ou frações da burguesia, que estão na base do governo. O ato da CSP-Conlutas, do VAT (Vida Além do Trabalho) e do PCO na Paulista expressam o divisionismo típico do centrismo que prioriza utilizar os atos para suas campanhas parlamentares (VAT), eleitorais para 2026 (PSTU/Conlutas) ou para firmar o sectarismo partidário (PCO).

Isso não significa desconhecer que na Praça da Sé tenha força o obscurantismo religioso que adormece e entorpece o instinto comunista do proletariado, e que se impõe a política pequeno-burguesa e burguesa democratizante que, apesar de várias falas fazer menção à revolução e ao socialismo, a maioria esmagadora dos partidos, organizações e sindicatos ali presentes acabam defendendo as saídas democratizantes e a defesa do governo Lula.

Por isso, como assinalou o PPRI na sua fala, é necessário ter em claro que a unidade é necessária à luta dos explorados e oprimidos para impor suas reivindicações e avançar a sua independência de classe, é a unidade construída sobre o programa e estratégia revolucionárias. Portanto, se deve combater o divisionismo que expressa a política burguesa contra os explorados, e que procura manter os escravos assalariados submetidos à ditadura capitalista, dividindo-os nas lutas e arrastando-os por trás das ilusões democráticas e institucionais. Eis como, afirmou o orador do PPRI, se avançará na unidade dos trabalhadores na luta pela sua emancipação, e se reconquistará o ato do 1º de Maio como um dia onde as bandeiras vermelhas e cantos revolucionários expressarão a unidade e fusão dos operários e demais oprimidos com o programa e estratégia revolucionária. ●

Ato político do 1 de Maio em Roraima

No dia primeiro de maio, participamos do ato político na sede do sindicato da construção civil, em Boa Vista/RR, organizado pela CSP-Conlutas. Apesar da direção do sindicato tentar ampliar o ato oferecendo um café da manhã e um almoço (medidas de conteúdo assistencialista em detrimento da formação política), entendemos que o fato dos operários de base discutir sobre o 1 de Maio classista e internacionalista, associando-o à luta de classes pela conquista de suas reivindicações, nos permitia desenvolver nossas posições e defensas para um setor da classe operária importante nossa região.

O ato contou com cerca de 40 pessoas, a maioria de trabalhadores da construção civil. No ato, distribuimos nosso material e pudemos intervir colocando a necessidade de defender o dia do trabalhador, um dia para a classe operária lembrar porquê lutamos contra a exploração. Falamos sobre as principais políticas de ataque aos trabalhadores, como Arcabouço Fiscal do governo Lula/Alckmin, que limita o aumento do salário mínimo do funcionalismo e gastos sociais, e que está dentro de uma continuidade de ataques que ocorreram com as contrarreformas trabalhista e previdenciária dos governos Temer e Bolsonaro.

Lembramos aos trabalhadores ainda que somente a luta com independência de classe, e com métodos do proletariado, conquistados na própria luta de classes, é que se pode impor a derrota das políticas de ataque às condições de vida e trabalho, e impor aos governos e patrões as reivindicações. A maioria dos trabalhadores presentes são de nacionalidade venezuelana. Eles compartilharam a insatisfação com o salário de miséria e ainda o preconceito que sofrem por serem imigrantes. Um dos trabalhadores mencionou as dificuldades que sofreu quando se acidentou e ficou impossibilitado de trabalhar. Ele

simplesmente foi informado que a empresa não tinha nada a ver com isso, relatou com indignação a falta de direitos e disse que pode sobreviver com a ajuda solidária de amigos. Os demais trabalhadores que se posicionaram reclamaram do salário de miséria. Os trabalhadores mostraram disposição para as lutas. Nós enfatizamos que, apesar das direções burocratizadas e traidoras dos sindicatos que agem em favor dos patrões e empresários, somente ano passado houve 451 greves de diferentes categorias, segundo o DIEESE, o que demonstra que há disposição dos trabalhadores para erguer as lutas, mas que a maioria ocorreu em caráter defensivo, ao menos visando garantir as condições de trabalho

vigentes - já muito rebaixadas. Mas, que é possível avançar nessas lutas com independência de classe.

Na última rodada de falas, colocamos a importância da luta contra os patrões e os governos, e que a luta só pode ser eficaz com independência de classe. E que nunca se deve confiar nas direções traidoras, e observar que os governos alternam-se no poder, mas a situação de miséria continua. Lembramos ainda da situação da Palestina, onde os trabalhadores estão sendo massacrados pelo imperialismo e sionismo, sem sequer poder se defender. Enfatizamos, finalmente, a luta internacionalista em defesa da Palestina e contra o imperialismo, e que nossa solidariedade é internacional, por-

que a luta de classes é internacional e porque o imperialismo massacra trabalhadores do mundo todo, seja impondo políticas de retiradas de direitos e precarização do trabalho, seja diretamente assassinado com bombas e mísseis, como faz na Palestina para tomar controle de uma região em benefício dos monopólios imperialistas.

Para terminar, concluímos com a defesa do salário mínimo vital medido pelo DIEESE, de R\$ 7.398 (março/2025), a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho disponível aos aptos a trabalhar) sem redução de salários, defendemos Palestina Livre do Rio ao Mar, revogação das contrarreformas e fim do arcabouço fiscal. ●

1º DE MAIO NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO

Fórum Sindical realizou no Litoral Norte o ato do 1º de Maio unitário, independente dos patrões e governos, classista e internacionalista

ORGANIZAÇÃO DO ATO E APROVAÇÃO DO MANIFESTO

O Fórum dos Sindicatos realizou duas reuniões para preparação do ato do 1º de Maio no Litoral Norte de São Paulo. As direções dos sindicatos presentes (Sindipetro LP, SindCaraguatatuba e Sintricom), oposições sindicais (Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora/ Oposição Apeoesp, Frente Combativa São Sebastião), movimentos (Coletivo Caçara e MAB) e partidos políticos (PPRI, PCB, PSTU, POR, OSL, UP, PSOL e PT) aprovaram o ato unitário em Caraguatatuba.

Foi aprovado também um boletim, proposto pelo PPRI, que tinha como bandeiras centrais o “fim da jornada 6x1, pela redução da jornada sem redução salarial”, “pela revogação do Arcabouço Fiscal e das Contrarreformas Trabalhista e Previdenciária” e “pelo fim do genocídio na Palestina, Palestina livre do rio ao mar”.

Houve duas divergências, que foram resolvidas por votação (maioria e minoria). Na primeira, o POR se opôs à formulação de “Palestina livre do rio ao mar”, caracterizando que se tratava de uma bandeira do PSTU que capitulava à burguesia nacional palestina. Defendeu a formulação de “Por um Estado Operário Palestino”. Nós do PPRI defendemos que a bandeira “Palestina livre do rio ao mar” é uma bandeira internacional do movimento de defesa dos palestinos, que inclui a destruição do Estado sionista e é uma crítica à tese dos dois estados (defendida pelos reformistas e estalinistas), e que serve como uma bandeira frentista para impulsionar a defesa dos palestinos diante do genocídio. O POR ficou isolado na votação; Na segunda, o Sintricom (CUT) defendeu a inclusão da bandeira de “isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5.000”. O POR se opôs, com o fundamento de que era uma medida do governo burguês e que tem um caráter eleitoreiro. Nós do PPRI argumentamos que a medida tem um caráter eleitoral, diante da perda de popularidade do governo, mas é progressista (embora isolada e que não descaracteriza a formulação que temos de um governo de ataque às



massas), porque desonera parcialmente os assalariados. O POR, mais vez, ficou isolado na votação.

O ATO EM SI

O ato ocorreu com concentração na praça central de Caraguatatuba, local de grande circulação de pessoas. Todas as entidades, movimentos, partidos e participantes tiveram o direito à fala de 5 minutos, garantindo a democracia operária. Após as intervenções, o movimento ganhou as ruas em passeata pelo Centro até o palco da Rua da Praia.

Destacou-se: 1) o caráter unitário do ato. Diferentemente de São Paulo, no Litoral Norte o Fórum dos Sindicatos cumpriu o papel de centralizar a atividade, unindo sindicatos que são filiados a centrais diferentes, como o SindCaraguatatuba (Conlutas) e o Sintricom (CUT), sob uma política combativa (não festiva) e classista; 2) A expressiva participação dos servidores de Caraguatatuba, que estão em campanha salarial. O SindCaraguatatuba conseguiu vincular a luta pela campanha salarial com a atividade do 1º de Maio. Por outro lado, chamou a atenção o boicote realizado pela direção do Sindserv de São Sebastião (Unidos pra Lutar e POR), que não compareceu à atividade, nem mesmo a divulgaram, embora estejam também em campanha salarial e nas assembleias de aprovação da pauta tenha sido encaminhada e aprovada a participação do ato unitário do 1º de Maio. ●

■■■■■■ Fala do PPRI no ato de 1º de Maio na Praça da Sé

Companheiras e companheiros, para termos um verdadeiro 1º de Maio, classista, combativo, internacionalista, e que se aproxime da luta pelo socialismo, o primeiro que tem que ser dito é que se deve erradicar dos movimentos e dos próprios atos, assim como da luta de classes, a política burguesa.

Para recuperar o primeiro de maio com esse conteúdo socialista, como foi criado pelas próprias mãos dos operários em luta contra o patronato, e que veio a desembocar com o avanço da consciência socialista presente no partido bolchevique, que condensou a união entre a luta pelas reformas e a luta pelo socialismo, e que deram seu carácter ao 1º de Maio que erguia as bandeiras vermelhas, fazia seus cantos e seus hinos revolucionários, e decidiam combater o capital com sua própria política.

Isso significa que, quando se fala de unidade, deve ficar claro que não se pode expressar em um dia internacional da classe operária a política burguesa, a unidade ideológica e política da burguesia ao interior dos movimentos. Um ato dividido, atos corporativos, atos onde se coloca a defesa de um governo burguês expressa a política da burguesia, não a do proletariado, não a do campesinato, não a dos assalariados.

Quando se trava a luta nos sindicatos e [se manifestam] as tendências instintivas da unidade e da luta de classe para impor suas reivindicações o patronato e aos governos, qualquer seja seu carácter, a burocracia, expressando a unidade da política burguesa, divide, aborta e trai essas lutas. Um 1º de maio dividido é a expressão dessa política burguesa.

Qual é a unidade que a gente precisa? A unidade que surge na luta de classes, das reivindicações comuns para impor ao patronato com o método da luta de classes, os interesses do proletariado e dos assalariados. E isso se choca com a unidade frentista burocrática, expressão da política

burguesa, que freia, divide e trai. Isso tem que ser dito!

E tem que ser dito que a única política unitária capaz de mobilizar o proletariado a recuperar suas bandeiras e recuperar seu ato de 1º de Maio com esse conteúdo classista e socialista, é a política revolucionária do proletariado, a estratégia e o programa da revolução e ditadura proletária. Essa estratégia encarna em cada luta instintiva, quando os assalariados se colocam em choque contra essas burocracias e contra o governo por suas reivindicações. Defendê-las, organizá-las, dar a expressão política lutando contra a burocracia para que as massas tomem em suas mãos a resolução de seus problemas e construam a direção forjada no classismo, no socialismo e na estratégia proletária.

É necessário combater todos os dias ao interior desses sindicatos, movimentos, etc. Quando essa luta progredir, o 1º de maio será recuperado para suas bandeiras históricas que estão sendo apagadas, deformadas e estão sendo cada vez mais liquidadas. Portanto, nós do PPRI defendemos, neste 1º de maio, a única política capaz de unir a classe operária, os camponeses, assalariados, a juventude oprimida, portanto, seu próprio programa. Programa que foi herdado da luta do bolchevismo e que levou à revolução e à ditadura proletária na Rússia. Esse é o caminho do 1º de maio, que vai expressar a luta pela estratégia proletária em meio a toda debacle, a toda pressão da burguesia.

Quando aqui se defendem estratégias e instituições da burguesia, ainda que por questões táticas, se deve ter muito cuidado, porque recorrer a essas instituições, recorrer à resolução dos problemas das massas nessas instituições, significa estar se unindo com a burguesia contra o movimento. Por isso, defendemos um 1º de maio classista, revolucionário, proletário, socialista, com esse programa.

■■■■■■ Fala do PPRI no ato de 1º de Maio no Litoral Norte

Sou do PPRI, e vim aqui fazer a defesa de um 1º de maio internacionalista. Para quem não sabe, a data surgiu após uma greve muito radicalizada que ocorreu nos Estados Unidos em 1886, que teve mortes, teve confronto com a polícia, e que a bandeira central era a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Vejam como é ainda uma bandeira, uma pauta atual. E depois foi colocada como uma data de luta da classe operária internacional. Então, hoje tem atos com reivindicações em todo o mundo. E para marcar o carácter internacionalista do ato, nada mais justo do que fazer uma defesa dessa bandeira aqui [da Palestina], que hoje está em todos os atos pelo mundo, que é a defesa da Palestina. Fazer denúncia do genocídio que está ocorrendo na Faixa de Gaza, pelo Estado sionista de Israel, e defender pelo fim do genocídio e Palestina livre do Rio ao Mar, com a constituição de um governo operário na Palestina.

Um 1º de maio, um dia de luta, também tem que ser classista. Tem que levantar as reivindicações imediatas, elementares, dos trabalhadores. Nesse sentido, temos que defender um salário mínimo digno, salário mínimo vital, não um salário mínimo de fome, como nós temos o atual. Temos que defender emprego à todos. Colocamos como central a bandeira de fim da escala 6x1, pela redução da jornada sem redução de salário. Uma bandeira muito importante e tratar do método correspondente, como vamos conseguir acabar com essa jornada 6x1? Através da luta, através das mobilizações. Não da pressão parlamentar, não da pressão sobre o judiciário, e sim com as lutas com os sindicatos em movimento, para conseguir arrancar as

suas justas reivindicações. Também levantar aqui, não podemos esquecer, a bandeira de revogação da contrarreforma trabalhista, da contrarreforma previdenciária, do arcabouço fiscal, que hoje é a principal política do governo federal para arrochar os servidores, para arrochar os investimentos necessários.

Também o 1º de maio unitário. Temos aqui um dos poucos lugares do Brasil inteiro que fazemos o 1º de maio unitário. Infelizmente, hoje impera o divisionismo, atos festivos, atos separados e a luta exige a unidade. Claro que a unidade na luta, não na festa.

Por último, 1º de maio independente. É fundamental que para levantar as indicações imediatas, os sindicatos, as direções dos movimentos sejam independentes dos patrões, dos seus governos. Por isso que o Sindserv aqui, de Caraguatatuba, sindicato pelego, não pode levantar nenhuma reivindicação imediata porque está vinculado à Prefeitura. E daí a importância da criação do surgimento e da luta travada pelo SindCaraguatatuba, e, hoje, se expressa mais uma vez com a presença dos servidores aqui. Então, fica também a saudação aos servidores em luta, que está só começando. Caraguá nunca contou com um sindicato de fato classista, independente e, agora conta, daí a importância de impulsionar as lutas.

E para finalizar mesmo, a defesa do 1º de maio socialista. Não podemos ficar apenas lutando por reformas, por salário. Lutaremos, claro, é necessário. Vivemos no capitalismo. Mas, não devemos perder de vista a necessidade da revolução proletária, da luta pelo socialismo. ●

Ação Global por Gaza – 26 de abril

Atos esvaziados e controlados pela política de colaboração de classes vão na contramão da luta radicalizada e unitária das massas que é necessária erguer para ajudar à derrota do sionismo

Dezenas de militantes de partidos e correntes políticas se manifestaram na frente da rede Globo para denunciar a cumplicidade da grande mídia monopolista com o genocídio palestino. O ato fez parte da convocatória mundial para um dia de Ação Global por Gaza. Apesar de sua importância mundial, foi mais um ato esvaziado, boicotado na prática (como todos os anteriores) pelas direções sindicais e populares que não organizam suas bases para participar. Portanto, um ato que não terá qualquer papel relevante no objetivo de impor ao governo burguês de Lula que rompa as re-

lações entre Brasil e Israel por meio da luta de classes, embora permita manter presente nas ruas a defesa dos palestinos.

Enquanto as direções sindicais e populares não organizarem um movimento de massas com greves, bloqueios de portos e aeroportos, ocupações de empresas que de fato estrangulem e afetem os interesses econômicos do sionismo nosso país (impedindo o envio de petróleo para Israel, ocupando e afetando os interesses de empresas comerciais e industriais dos sionistas etc.), os atos continuarão muito aquém do que é necessário fazer para ajudar à derrota efetiva do sionismo.

Os partidos reformistas (PT e Psol) assim como os centristas (PSTU, MRT, CST etc.), ainda que difiram nas consignas e críticas ao governo, permanecem aliados na política de contenção da luta de classes por seus interesses eleitorais e pela centralização autoritária da Frente Palestina São Paulo (FPSP) e, recentemente, da Frente Nacional que surgiu para articular os comitês e frentes do país. Não movem uma palha em seus sindicatos e organizações para que se tomem medidas de ação direta que ajudem a impor ao governo a ruptura de todas as relações com Israel com ação coletiva radicalizada das massas.

Contra essa atitude leviana e criminoso se deve travar uma luta ideológica e programática permanentemente para ajudar a vanguarda a compreender a dupla moral que praticam sobre a Palestina: denunciam raivosamente o genocídio, mas apoiam um governo cúmplice do genocídio ou bem desviam os explorados por trás de ilusões parlamentares, insticionais e eleitorais. É parte ainda dessa luta o combate nos sindicatos contra as direções reformistas e centristas que com sua paralisia e manobras imobilizam a ação unitária das massas, e assim acabam favorecendo a burguesia e o sionismo. ●

COMBATER OS GOVERNOS E INSTITUIÇÕES QUE APOIAM E SUSTENTAM A MÁQUINA GENOCIDA DO SIONISMO!

Impor a ruptura imediata e incondicional de todas as relações do Brasil com Israel por meio da luta de classes! Pela luta unitária e radicalizada das massas oprimidas para estrangular e derrotar o sionismo e o imperialismo!

Manifesto PPRI - 25 de abril de 2025

Israel desfechou sobre Gaza o poder destrutivo equivalente a 4 bombas atômicas de Hiroshima: uma destruição maior à que sofreu Europa na Segunda Guerra Mundial se comparadas às dimensões geográficas de Gaza e àquela. É provável que 140 mil palestinos estejam mortos, contando os desaparecidos sob os escombros de cidades que viraram pó. São um alvo permanente da carnificina sionista as mulheres e

crianças. A fome e doença como arma de extermínio em massa e em escala industrial dão a dimensão exata do objetivo do holocausto e da limpeza étnica. A Cisjordânia virou um gueto a céu aberto, como o foi Gaza, anunciando que Israel não vai parar até tomar posse de toda a Palestina e transformar aos palestinos que ficarem em algo mais que animais. Para colonizar a Palestina, Israel irá destruir gerações inteiras de palestinos e

apagar sua cultura, história e instituições. O extermínio histórico e cultural de todo um povo completará, assim, o holocausto físico. Por isso, não haverá “governo” da Autoridade Nacional Palestina/ANP, por mais traições que essa realize para ganhar o favor dos sionistas. A Palestina colonizada será, para aqueles palestinos que ficarem, prisões e campos de extermínio. Apesar disso, e sem importar quanto bárbaro e trágico é o

continua →

destino que aguarda os palestinos se não houver uma reação massiva e mundial, mais decidida e corajosa se torna a resistência do povo palestino pela sua terra!

É revoltante assistir como os governos e países árabes estão decididos a apoiar genocídio, enquanto se esfregam as mãos contabilizando os lucros que obterão em negócios com Israel e os EUA na reconstrução de Gaza como colônia imperialista-sionista. A Jordânia decidiu há poucos dias ilegalizar e perseguir a Irmandade Muçulmana nesse país, que é ferrenha defensora da resistência palestina e objetiva ajudar aos palestinos a destruir o estado sionista. Ocorre que é tão grande a simpatia das massas jordanas com a luta palestina, que a Frente de Ação Islâmica (IAF) obteve a maioria nas eleições parlamentares. A monarquia jordana, subserviente do sionismo e do imperialismo, teme que a IAF catalise a revolta das massas jordanas, e acabe abrindo um caminho a sua derrubada e projete a luta das massas egípcias e libanesas para combater abertamente seus governos cúmplices do holocausto palestino. Esse mesmo objetivo movimenta as monarquias árabes a servir de peões ao intervencionismo imperialista contra os houthis, declarados e fervorosos combatentes pela causa palestina. O Egito recentemente apresentou um novo plano junto do Qatar para a reconstrução de Gaza, no qual o Hamas seria banido, controlado e milhares de seus membros e funcionários expulsos.

O novo governo sírio, sob direção da milícia sunita de Hayat Tahrir al-Sham/HTS (que fora festejado por pseudorrevolucionários ditos trotskistas e membros da comunidade árabe como fruto de uma “revolução democrática”) negociou há poucos dias com os EUA perseguir, reprimir, encarcerar e expulsar membros da Jihad Islâmica Palestina (PIJ) da Síria. Revelou ainda a localização para Israel e os EUA de “casas seguras” de lideranças da resistência palestina no exílio sírio, favorecendo ataques aéreos israelenses contra essa, enquanto prendia vários combatentes das Brigadas Saraya al-Quds e Al-Qassam. Os campos de refugiados palestinos na Síria são vigiados e qualquer protesto é reprimido. HTS vem

negociando também como absorver centenas de milhares de “deslocados” de Gaza em troca de financiamento estrangeiro. Seu apoio à ANP como “legítimo governo” da Palestina, portanto, de Gaza, carimba definitivamente seu rol de cúmplice do genocídio palestino. Comete todos esses crimes no mesmo momento em que o governo do Líbano sob direção dos EUA e do sionismo tenta desarmar o Hezbollah e, assim, facilitar as ações coloniais de Israel no sul do país. A HTS transformou-se em uma peça no tabuleiro das movimentações imperialistas-sionistas para a destruição do “eixo da resistência”. Fica agora bem claro que a queda do governo Al-Assad rompeu o dique de contenção que durante décadas permitiu à resistência libanesa e palestina usar seu território como retaguarda de suas ações contra Israel. Fica absolutamente claro agora que a derrocada de Al-Assad significou uma profunda derrota à causa das massas palestinas. Os supostos “revolucionários” sírios mostraram sua real face de marionetes assalariadas do sionismo e do imperialismo. E há as ditas correntes e militantes de esquerda que festejaram (e ainda defendem) a queda de Assad como uma vitória dos palestinos!

São os EUA, os sionistas e seus aliados que estão por trás dessas medidas e políticas dos governos árabes de aberta traição e cumplicidade no holocausto palestino. Existe de fato uma “frente única” desses objetivando submeter os palestinos à morte, ou ao exílio. A traidora Autoridade Nacional Palestina (ANP) é um convidado insignificante nessa frente, mas tem um papel central nessa como algoz de seu povo. A derrubada dos governos árabes pela ação das massas revolucionárias, e, sobretudo, da ANP, coloca-se como uma tarefa impostergável para conquistar a autodeterminação palestina!


Em um genocídio de um povo oprimido, ou se está incondicionalmente de seu lado, ou se está do lado dos genocidas e seus cúmplices. Por isso, não há como em meio ao genocídio apoiar o governo burguês de Lula que continua deixando drenar petróleo para tanques e aviões que massacram palestinos. Que continua deixando à embaixada sionista no Brasil intervir nos assuntos internos do país, manejar as forças

de segurança, perseguir militantes e comprar parlamentares e jornalistas e até mídias inteiras, como a Globo, para fazer sua propaganda imunda do holocausto como um ato civilizatório. Romper com o governo se tornou uma exigência incontornável da vanguarda e de todos aqueles que lutam contra o genocídio. É por meio da ação unitária, nacional e radicalizada das massas que se imporá ao governo a ruptura imediata e incondicional de todas as relações do Brasil com Israel.

Mas, somente o proletariado organizado no campo de sua independência de classe, e sob sua estratégia revolucionária, cumprirá essa tarefa e abrirá finalmente uma via para erradicar do Brasil as forças econômicas e políticas dos genocidas e exploradores dos povos e nações oprimidas. Essa tarefa ergue-se quando nos aproximamos a que sejam cumpridos 77 anos da Nakba que marca o agravamento drástico do genocídio e limpeza étnica do povo palestino. Durante todas essas décadas, o povo palestino ensina-nos uma verdadeira lição de moral revolucionária de nunca retroceder, nunca se curvar e entregar até a última gota de sangue pela conquista de suas reivindicações. Ensinam-nos que não há como existir Estado palestino ao lado do enclave imperialista. E ensinam-nos que novas direções devem ser forjadas quando as anteriores degeneram e se passam ao campo de nossos inimigos.

Nunca ficou tão clara a tarefa a ser cumprida pela vanguarda com consciência de classe: é necessário construir uma direção classista e revolucionária em nosso país, forjada e formada na luta de classes, rejeitando a colaboração e conciliação de classe com qualquer seja o governo burguês de turno. Trata-se ainda de reconstruir a direção mundial revolucionária do proletariado, e pôr em pé um partido revolucionário e internacionalista no Brasil, como sua seção nacional. Não há outra via e nem outro método para ajudar na vitória dos palestinos, à destruição do Estado de Israel e, sobre suas cinzas, construir a Palestina socialista, livre de opressão de classe e nacional, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio conquistadas pelas massas árabes com a revolução proletária. ●

BALANÇO PARCIAL DA GREVE DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO: Mais uma **derrota do funcionalismo de** **responsabilidade das direções pelegas e traidoras**

 A greve da educação municipal iniciada em 15 de abril, foi convocada pela burocracia sindical do SINPEEM/SEDIN e SINESP, como antecipação do calendário imposto em 18/03. Vale lembrar que a COEDUC tinha aprovado um calendário de paralisações regionais, sendo 13 dias de paralisação, uma em cada região da cidade, até chegar no dia 30/04, quando realizaria assembleia com indicativo de greve.

Confirmou-se o nosso prognóstico (vide OI nº 26, de maio) de que o conteúdo das paralisações regionais, apresentado pela burocracia como necessidade de inovar nos métodos de luta, na verdade essa “inovação” tinha como objetivo quebrar a disposição de luta da categoria, bem como qualquer possibilidade de luta unitária, se adaptando à exigência do governo de que a paralisação era legítima, desde que não prejudicasse o atendimento aos estudantes matriculados na rede. Dizemos isso porque no dia 9 de abril Nunes/MDB enviou para câmara municipal o PL 416, mantendo o arrocho salarial com uma proposta de “reajuste” de 2,6% em maio/2025 e 2,55% em maio/2026. Como podemos comprovar, o governo percebeu que estava com o caminho livre para continuar atacando, já que os atos regionais não representavam nenhuma ameaça à continuidade da aplicação dos seus planos contra a educação pública e demais serviços públicos. Foi só então que a burocracia sindical resolveu antecipar o calendário de greve.

Os sindicatos que compõem o fórum das entidades do funcionalismo municipal foram os primeiros a se pronunciar convocando assembleia com indicativo de greve para o dia 16 de abril em frente a câmara municipal, sinalizando que a luta se daria em torno da pressão parlamentar. Logo em seguida, a COEDUC convoca para um dia antes, demonstrando mais uma vez que não há disposição de construir uma luta unificada. No SINPEEM, a burocracia se utilizou da reunião de representantes no dia 11/04 para referendar sua política divisionista

e corporativista com um discurso demagógico de que a pressão não poderia ser apenas na câmara, mas no executivo, por isso convocou essa assembleia que deu início à greve na frente da prefeitura de São Paulo, e assim conseguiu quebrar mais uma vez a possibilidade da luta unitária. No entanto, sua demagogia caiu por terra na própria assembleia do dia 15/04, quando foram obrigados a assumir sua verdadeira política de desvio da luta para a pressão parlamentar, realizando uma primeira caminhada da prefeitura até a câmara para acompanhar a apreciação do PL na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e convocando os trabalhadores, já em greve, para nova assembleia no dia 16/04, pois o PL 416 poderia ser colocado em votação em primeira instância, se aprovado na CCJ.

Importante ressaltar, que neste momento as burocracias, tanto da COEDUC quanto do fórum das entidades, já deixavam claro que não apenas buscavam impor mais uma greve pacífica de vigília em frente à câmara, mas que abandonaram a luta em torno da revogação da lei 18.221/2024, que trata do desmonte da carreira e das privatizações na educação, para fazer pressão apenas em torno da campanha salarial. A burocracia do SINPEEM também já demonstrava neste início da greve, que estava disposta a passar por cima da democracia operária nas assembleias e das próprias deliberações da assembleia, pois apenas delibera sobre a continuidade da greve, para depois ir determinando em que momento encaixaria as próximas assembleias, sempre submetidas ao calendário de tramitação do PL 146. Uma clara demonstração da ampliação da burocracia do sindicato.

Diante da aprovação da greve na educação, o prefeito Ricardo Nunes recorreu à justiça burguesa e conseguiu uma liminar determinando o funcionamento de todas as escolas com ao menos 70% dos seus profissionais. Com a judicialização da greve escancara mais uma vez sua intenção de atacar o direito de greve

(...) o conteúdo das paralisações regionais, apresentado pela burocracia como necessidade de inovar nos métodos de luta, na verdade essa “inovação” tinha como objetivo quebrar a disposição de luta da categoria, bem como qualquer possibilidade de luta unitária, se adaptando à exigência do governo de que a paralisação era legítima, desde que não prejudicasse o atendimento aos estudantes matriculados na rede.

do funcionalismo, agora colocando a educação como serviço essencial. Em nota publicada no site da prefeitura sobre a liminar, Nunes apela a uma série de mentiras para colocar a opinião pública contra os professores, dentre elas dizendo que 70 mil professores da rede municipal já recebem um salário de pelo menos R\$7.856,00, assim como esses mesmos professores que já recebem um bom salário, com a decisão da greve colocarão em risco a segurança alimentar, social e acadêmica de mais de 1 milhão de alunos.

A assembleia do dia 16 de abril, que reuniu a educação com os demais setores do funcionalismo, apesar de estar submetida a pressão parlamentar, teve sua importância ao aprovar massivamente a unidade do funcionalismo, contrariando os interesses corporativistas da COEDUC. A derrota das direções da COEDUC em relação a unidade, fez com que a próxima assembleia, do dia 22 de abril, em frente à prefeitura, ocorresse de forma completamente dividida, novamente com dois caminhos de som. No caminho dos sindicatos da educação (COEDUC), todas as

continua | ➔



//

...

A suspensão das atividades, além de passar por cima das deliberações da categoria para se submeter ao calendário da câmara, anulou a possibilidade de unificação com os professores estaduais que realizaram assembleia no dia 25/04.

A revelia das direções divisionistas, os comandos de greve de algumas regiões aprovaram a organização de bloco da educação municipal para manifestar apoio ativo aos professores na assembleia da rede estadual.

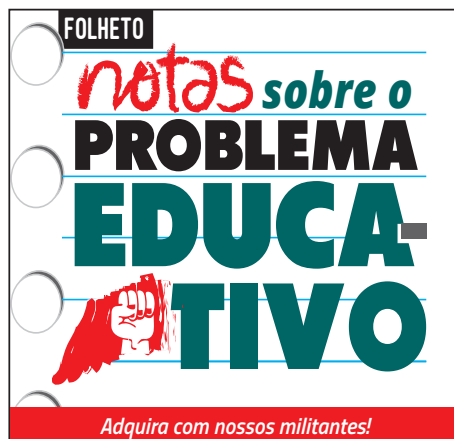
falas dos diretores, em especial da Claudete do SEDIN, eram de combate à unidade, chegando ao absurdo de utilizar o fantasma do subsídio para propor que a categoria se dividisse no viaduto do chá, ficando próximo ao caminhão da COEDUC apenas quem era contra subsídios e quem era favorável ficasse próximo ao caminhão do fórum. As categorias do funcionalismo reafirmaram mais uma vez a disposição em torno da luta unificada, respondendo as falas divisionistas com vaia aos burocratas da COEDUC. Nesta mesma assembleia, que contou com aproximadamente 15 mil trabalhadores, fomos impedidos de fazer defesa no caminhão de som, mas a nossa agitação junto às bases da categoria fez com que a burocracia colocasse em votação, sendo aprovada a manifestação da prefeitura até a Avenida Paulista.

No dia seguinte (23/04), a greve seguiu com mais um dia de vigília na frente da câmara. As entidades sindicais haviam convocado para às 13h e o PL foi aprovado em primeira instância por volta das 20h00, momento em que os grevistas já haviam dispersado e a burocracia ao invés de manter o calendário aprovado, mais uma vez passou por cima das deliberações e suspendeu por meio da publicação de um card nas redes sociais todas as atividades nos próximos 3 dias, convocando nova assembleia para 29/04. O teor do card incentivava os trabalhadores a quebrar a greve nestes dias: *“Como não haverá sessões nos dias 24 e 25/04, estão suspensas as manifestações e assembleias previstas para estas datas. A mobilização retorna com força total no dia 29/04, quando o PL 416/25 poderá ser votado.”* A suspensão das atividades, além de passar por cima das deliberações da categoria para se submeter ao calendário da câmara, anulou a possibilidade de unificação com os professores estaduais que realizaram assembleia no dia 25/04. A revelia das direções divisionistas, os comandos de greve de algumas regiões aprovaram a organização de bloco da educação municipal para manifestar apoio ativo aos professores na assembleia da rede estadual.

Nestes 3 dias sem atividade centralizada os comandos de greve atuaram nas regiões visitando as escolas e demais equipamentos

da saúde, vigilância e assistência social bem como realizando atos regionais para ampliar a adesão à greve e mobilizar para a próxima assembleia. Vale destacar também, que parte dos setores minoritários da Oposição Unificada que atuam no SINPEEM (Vozes da Base, MRT e LSR) convidaram a UICC (CSM-GL/PPRI, LOI, OSL, FOB e independentes) para uma reunião que ocorreu antes da assembleia do dia 29/04, para reunir forças, por meio de algumas ações, na tentativa de defender o bloqueio de uma das grandes avenidas da cidade em detrimento da vigília na câmara. Foi aprovada uma intervenção conjunta denominada “Ocupa23”, que foi rejeitada pela categoria em função de mais uma manobra da COEDUC, que só instalou assembleia após um longo período de vigília na câmara, quando muitos trabalhadores tinham ido embora e os que se mantinham presentes foram tomados pelo cansaço e convencidos pelo discurso reacionária da burocrata do SEDIN, que alegou que estávamos em número reduzido o que poderia nos colocar em problema de segurança, além de atrapalhar os trabalhadores que retornavam para suas casas em horário de pico do trânsito em São Paulo. Avaliamos que essa “reunião de forças” para definir ações diretas, deveria ter acontecido desde o início da greve, quando apenas a UICC vinha defendendo em seus materiais a radicalização da greve (boletim em anexo), mas fomos impedidos de expressar nossa política nas assembleias, enquanto a maioria das correntes da Oposição Unificada tinham acesso livre ao caminhão por fazer parte da diretoria, mas não fizeram nenhuma defesa contrária ao pacifismo das vigílias na câmara.

Por fim, a manifestação/assembleia do dia 29/04 foi massiva, contou com aproximadamente 30 mil trabalhadores em um momento de maior concentração, pois foi um dia de enorme dispersão, uma vez que as entidades sindicais convocaram para as 9h30 da manhã para acompanhar uma audiência pública sobre o PL 146/25 na câmara e posteriormente, sem um horário bem definido, para manifestação e assembleia. Os burocratas não instalaram assembleia pela manhã, impedindo que a UICC e outras



forças políticas pudessem defender o bloqueio das avenidas da cidade contra a vigília na câmara. A audiência seguiu até por volta das 15h e assim que encerrou a burocracia instalou a assembleia, defendeu a continuidade da greve, que foi aprovada, sem defesa de calendário, para deixar mais uma vez em aberto para ser determinado posteriormente pelas direções, demonstrando que já sabiam que o PL seria votado entre o final da tarde e início da noite e que sofreríamos mais uma derrota, esperando do movimento apenas um último fôlego para negociar a reposição dos dias parados. Só após a votação do PL do arrocho salarial, por volta das 21h, que a burocracia retornou ao carro de som para informar sobre o calendário de continuidade da greve, sendo determinado pela direção da COEDUC a realização de próxima assembleia para o dia 06/05 na Secretaria Municipal de Educação, com a falácia da necessidade de discutir os demais itens da pauta sobre as condições de trabalho e negociar a reposição dos dias parados. Já as direções do fórum das entidades aprovaram assembleia na prefeitura para o dia seguinte (30/04) com o mesmo objetivo, abrir negociação sobre os dias parados, colocando

um ponto final na frágil unidade aprovada pelas bases nesta greve.

A assembleia do fórum das entidades no dia 30/04 foi completamente esvaziada, encerrada sem o atendimento da secretaria de gestão, que alegou estar em trabalho externo, e aprovou a continuidade da greve com próxima assembleia também no dia 06/05, mas em local diferente da COEDUC, na prefeitura, alegando que a negociação dos dias parados precisa ser realizada na secretaria de gestão. Esse último ato divisionista, agora realizado pelo fórum das entidades que defendeu a unidade desde o início da greve, demonstra que as burocracias de ambos os setores só defendem a unidade quando pode tirar alguma vantagem dela e não para impulsionar a luta de classes, fortalecendo a correlação de forças contra o governo. A maior prova disso é que ambas atuaram contra a radicalização da greve, mantendo os trabalhadores em torno da política da pressão parlamentar.

Portanto, mesmo com a greve ainda não finalizada oficialmente, na prática grande parte das categorias já retornaram ao trabalho após a derrota da pauta econômica, restando a vanguarda a tarefa de seguir muito provavelmente até

o dia 06/05, quando deve sair apenas com um protocolo de negociação da reposição dos dias parados. A conclusão que podemos chegar até aqui é de se repete as circunstâncias das últimas greves, em que a categoria demonstra uma grande disposição para a luta unitária, mas se chocam com um obstáculo, que são as direções sindicais pelegas e traidoras, que desviam a luta de classes para as ilusões nas instituições burguesas. Neste sentido, é importante compreender que a responsabilidade pela derrota de mais essa greve é das direções sindicais tanto da COEDUC quanto do fórum das entidades, bem como de alguns setores da Oposição Unificada do SINPEEM (correntes majoritárias do PSOL e PSTU), que se recusaram a impulsionar a luta por meio dos métodos da ação direta. A burocracia da COEDUC tentou na assembleia do dia 29/04 jogar a responsabilidade da derrota nas costas dos trabalhadores, por não ter feito a greve e sim apenas paralisado nos dias das assembleias, quando na verdade não reconhecem que essa prática também é assimilação da sua política de fragmentação da luta, impulsionada esse ano pela direção da COEDUC, com as paralisações regionais. ●



SOMENTE COM UMA GREVE COMBATIVA E RADICALIZADA – COM OCUPAÇÕES DE RUAS E AVENIDAS, E COMANDOS PARA PARALISAR TOTALMENTE OS LOCAIS DE TRABALHO – DERROTAREMOS OS ATAQUES ATUAIS E ATUAREMOS PARA BARRAR OS ATAQUES EM CURSO

Boletim nº 22 15 e 16/04/2025

Por que Nunes ainda pretende impor uma série de ataques pelo PL 18.221, que está suspenso por uma liminar frágil? Por que Nunes já colocou a GCM dentro de escolas, normalizando a violência escolar? Por que Nunes conseguiu encaminhar à Câmara um ainda maior arrocho salarial para este ano e para 2026?

Todos sabem: sem nenhuma luta imediata contra os profundos ataques ocorridos desde as férias passadas, por meio da lei 18.221; com o adiamento da mobilização pelas direções sindicais em busca da negociação dentro do quadro dos ataques desfechados pelo governo, sob a política da pressão parlamentar de dois ou três dias em frente à Câmara; com as manobras na assembleia para jogar a greve para o dia 30 de abril; com os “novos métodos de luta” de pequenos atos regionais nas DREs, sem greve; com a divisão entre COEDUC e Fórum das entidades do funcionalismo, as direções aplainaram o caminho para mais ataques de Nunes. Agora, correm atrás do imenso prejuízo causado pelas suas políticas de conciliação e desmobilização.

Diante do novo ataque de Nunes, as direções sindicais

burocráticas tendem a jogar o movimento para a negociação dentro das instituições burguesas, pressionando o parlamento, que é a edícula da casa do prefeito. Da pressão na Câmara, só virão derrotas, cassetes e bombas da PM. O que farão as direções? Tentarão negociar os dois reajustes para este ano? A migalha de 5,2% não é nem a metade das nossas perdas nos últimos 14 meses!!

Está aí como se materializa a política capitalista de resposta à crise na educação municipal: confisco dos salários e direitos dos trabalhadores, para garantir os lucros dos parasitas da dívida pública e capitalistas amigos do prefeito – por meio da privatização e da terceirização.

Nossa resposta só pode ser a greve radicalizada, que organize os comandos para paralisar totalmente as escolas e demais equipamentos públicos, para um movimento que ocupe as principais avenidas e prédios públicos, para ganhar apoio da população assalariada, de forma a derrotar Nunes e Tarcísio, seus ataques, e impor a defesa da educação pública e dos

serviços públicos em geral, defendendo as condições de vida e trabalho docentes e do funcionalismo, as condições de estudo nas escolas, as condições de saúde municipais, e de todos os equipamentos públicos municipais e estaduais.

Devemos unificar todos na educação, e todo o funcionalismo. Não importa que os reajustes reivindicados sejam, diferentes, todos estamos exigindo a reposição salarial, a incorporação de benefícios aos salários, e lutamos contra as privatizações e terceirização, exigindo a efetivação imediata de todos aqueles que já

provaram seu valor no trabalho, com os mesmos direitos dos atuais concursados. É preciso também unirmos forças com os professores da rede estadual, que sofrem ataques semelhantes aos de Nunes. Tarcísio tem a mesma política reacionária, ultradireitista. A extrema direita se combate nas ruas, contra as suas medidas.

Vamos à greve! Vamos ocupar as ruas, avenidas e prédios públicos! Paralisar todas as escolas e demais equipamentos! Unifiquemos os nossos movimentos para derrotar os governos da burguesia com os métodos da luta de classes!

..... • DEFENDEMOS: •

- ***A greve unitária e radicalizada, por tempo indeterminado, com assembleia conjunta do funcionalismo municipal e estadual de São Paulo no dia 25 de Abril - Garantia de emprego com efetivação e estabilidade a todos! - Reajuste real dos salários com incorporação imediata dos abonos complementares. Fim da política de subsídios aos salários! - Fim da política de terceirização e privatização na educação e demais serviços públicos! - Redução da jornada de trabalho do quadro de apoio à educação, sem redução de salário, e equiparação dos salários dos agentes escolares, pois exercem a mesma função dos ATE's. - Revogação da lei 18.221/24, em sua totalidade! - A mais ampla unidade do funcionalismo em luta para barrar os ataques de Nunes e Tarcísio! - Organização dos comandos de greve unitários pela base!***

Direção burocrática da Apeoesp cede às migalhas do governo e à pressão da justiça burguesa e se posiciona contra a greve.

Um dia antes da assembleia (24 de abril), a direção majoritária (articulação sindical/PT, PCdoB, Fórum/PSol) soltou um Informe Urgente dizendo que o governo respondeu parte da pauta de reivindicações (com relação às regras do estágio probatório dos professores ingressantes no último concurso, com a abertura da falaciosa mesa de negociação e reposição dos dois dias de assembleias com paralisação) e abandonando o chamado para a greve.

Na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), a direção leu a resposta do governo que, dentre outras coisas, concedia 5% de reajuste para o conjunto do funcionalismo. Na mesma reunião, o DIEESE apontou que essa porcentagem já estava prevista na Lei Orçamentária votada no ano anterior. Segundo o expositor, desde a implantação dessa legislação (de 2009 até 2025) tivemos uma inflação de 151,2%. Contando com os reajustes anuais, ainda temos uma perda de 20,3%. Essas perdas referem-se somente aos reajustes da lei nacional.

Na reunião houve três propostas sobre a votação da greve e o calendário, são elas: 1) A da burocracia: que abraçou a proposta ultra rebaixada do governo, apresentada numa resposta enviada por escrito pelo governo. No documento, que parece mais uma carta de intenções, fala-se em 5% de reajuste e a possibilidade de se abrir a falaciosa mesa paritária para

discutir outros pontos da lista de reivindicações. Assimilando a pressão do governo que obteve uma liminar na justiça impondo que se houver greve, será preciso manter 70% do funcionamento das escolas sob multas ao não cumprimento. Partindo dessa pressão, a direção se posicionou contra a greve. No entanto, fizeram mais uma vez a manobra de colocar todos para votar “em defesa” da greve para esconder sua posição contra essa; 2) As demais correntes, como Nossa Classe, MRT, Reviravolta, etc. defenderam a continuidade da greve com a unidade com a greve dos servidores municipais da capital; 3) Nossa proposta, defendida pela UICC, foi em defesa da deflagração da greve por tempo indeterminado, compreendemos que não era continuidade, pois o dia 25 foi de paralisação. A burocracia o chamou de “greve”, para escamotear sua postura traidora e mentirosa de “construção da greve” desde o ano passado, e dizer que fez a “greve”. Colocar que era a continuidade favorecia a burocracia que poderá sair fortalecida dizendo que “a greve do dia 25”, conquistou o reajuste para a categoria, que conseguiu abrir negociação com o governo. A direção atropelou nossa defesa e votou somente a primeira e segunda propostas.

Na assembleia, a direção impôs um controle rigoroso para impedir a subida ao caminhão de som. Além dos batapaus, colou-se as mulheres na entrada e corredor do caminhão para impedir a

subida dos militantes que queriam fazer falas. Como parte do controle, a direção limitou as defesas em apenas 10, 5 para defender seu calendário e 5 para defender “a continuidade da greve”.

Nós, da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora (CSM-GL) depois de muito gritar pedindo a fala, só conseguimos falar após as votações da assembleia. Aproveitamos para denunciar a truculência da direção que impediu o debate, mostramos que ficou claro que a greve havia sido aprovada pela maioria dos presentes, mas que a direção mais uma vez manobrou colocando que foi aprovado seu calendário (contrário à greve). Deixamos claro que a traição está ligada à subordinação da direção ao governo burguês de frente ampla nacional que mais uma vez golpeia os trabalhadores, que também se expressou na não votação da greve em unidade com os trabalhadores do funcionalismo municipal que enfrentam o governo Nunes com as mesmas medidas do estado: arrocho salarial, retirada de direitos, privatização da gestão das escolas públicas, destruição dos serviços públicos, etc.

No dia 9 de maio, data da próxima assembleia, estaremos novamente denunciando as traições da direção que tem feito acordos com o governo pelas costas da categoria. Conseguir negociar a reposição da paralisação do dia 25 de abril, antes que ela ocorresse, é uma prova concreta dessa situação. ●

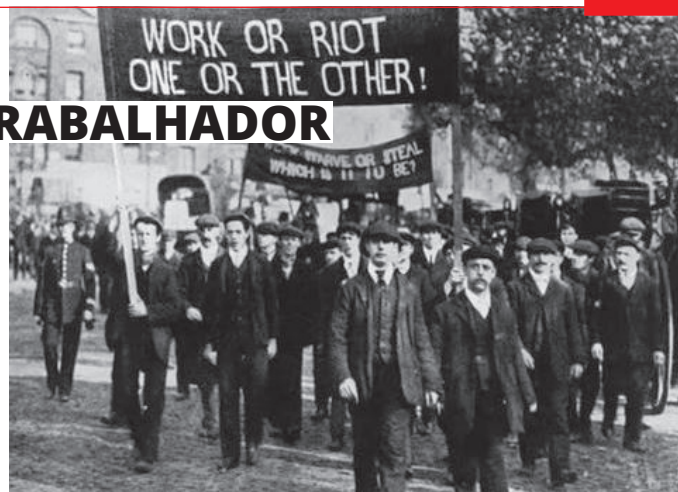
1º de maio de 1889

DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

Em 1º de maio de 1886, dezenas de milhares de operários nos EUA declararam greve reivindicando a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Em Chicago, 40 mil operários foram alvo de provocações de fura-greves organizados pelos patrões. Quando deflagraram os confrontos, interveio a polícia. Dois operários foram assassinados. Em 4 de maio, em uma massiva manifestação, a polícia irrompeu no final do ato com uma violenta repressão, resultando na morte de 4 operários e 7 policiais. Oito lideranças anarquistas foram presas, três condenadas à morte e três à prisão perpétua (uma suicidou-se).

Os acontecimentos demonstraram à vanguarda proletária que o regime burguês é uma ditadura dos capitalistas, que recorrerá à violência reacionária e ao terrorismo do estado para derrotar os operários. Mas, também ensinou ao proletariado que não haveria como conquistar a jornada de 8 horas sem uma luta unitária nacional e mundial. Esse fundamento esteve na base da aprovação do 1º de maio, no Congresso Operário Internacional reunido em Paris de 1889, como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Esse conteúdo classista, internacionalista e socialista do 1º de Maio se manifestou nitidamente na luta do proletariado russo na época de sua ascensão revolucionária. Segundo explica Lênin, já na manifestação de 1º de Maio de 1913, quando 250 mil operários conclamaram “à greve e à manifestação” por toda Rússia, viram-se os operários “Cantando hinos revolucionários e conclamando abertamente à revolução em todos os subúrbios da capital e em todos os extremos dessa”. E enquanto “desfraldavam bandeiras vermelhas (...)”. Tratava-se, portanto, da “manifestação dos anseios revolucionários do proletariado, de suas forças revolucionárias, temperadas e solidificadas com no-



vas gerações, de seus apelos revolucionários ao povo e aos povos da Rússia”. Após um século desse instinto comunista ganhar expressão, verifica-se que o Dia Internacional dos Trabalhadores foi deformado e esvaziado de seu conteúdo socialista. E isso se deve à profunda regressão política do proletariado que reflete a profunda crise de sua direção revolucionária. O instinto comunista permanece porque permanecem as condições objetivas que o impulsiona, mas não se expressa politicamente pela ausência do partido revolucionário. Não é por acaso que Lênin afirmou que “A opressão apenas, por grande que seja, nem sempre origina uma situação revolucionária em um país. Para que a revolução deflagre não basta somente que os de baixo não queiram continuar vivendo como antes. É necessário, além disso, que os de cima não possam continuar administrando e governando como até então”. E, sobretudo, é necessário esteja constituído e inserido no movimento o partido proletário de posse do programa revolucionário. Somente assim, como disse Lênin, as manifestações da classe operária poderão desencadear as “greves revolucionárias, nas manifestações e na luta armada contra os defensores da escravidão assalariada”. ●

26 de março de 2025

Morreu Miguel Lora, dirigente trotskista dos “maestros” urbanos e do Partido Operário Revolucionário boliviano

No dia 26 de março, faleceu Miguel Lora Ortuño, irmão dos dirigentes trotskistas Guillermo e Cesar Lora. Desde jovem, foi influenciado pelas lutas do proletariado mineiro e a militância de seus irmãos.

Destacou-se como dirigente estudantil e fundador da União Revolucionária de Maestros (URMA). Foi dirigente da Federação de Maestros Urbanos de Cochabamba e liderou inúmeras greves em defesa da educação pública. Foi um dos mais importantes e destacados dirigentes do sindicalismo revolucionário da Bolívia, e um do Partido Operário Revolucionário (POR) boliviano. Foi preso por diversas vezes, mas nunca abaixou a cabeça perante a burguesia e seu estado.

Nos últimos anos, Miguel se afastou do legado histórico-político de Guillermo de defender a caracterização da Rússia como Estado Operário ainda que profundamente degenerado, pelo menos até 1996 (data do último escrito de G. L. sobre o tema), e que continuou a defender o programa da derrocada

da burocracia pela revolução política. A direção que teve a tarefa de continuar essa luta de Guillermo Lora após sua morte, se mostrou incapaz de assimilar a importância da defesa de Guillermo, que considerava que a burocracia herdeira do estalinismo continuava no poder se apoiando nas formas da democracia formal burguesa, uma vez que não se conformou a burguesia como classe dominante no Estado. Assim, Miguel acabou assimilando as teses centristas que Guillermo combateu, sendo arrastado pelo revisionismo antimarxista surgido na direção do POR de Brasil, seção nacional do CERQUI.

Reivindicamos sua herança de travar ferrenhamente uma luta consequente pela transformação da educação como parte da transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista. Defendemos e reivindicamos essa herança, apesar de que em seus últimos anos Miguel fraquejasse ao confiar em companheiros de rota pouco confiáveis que romperam com o legado de Guillermo Lora. ●

25 de maio de 2000 Fim da ocupação do Líbano por Israel ¹

Há 25 anos, a resistência libanesa e palestina expulsou o exército israelense do Líbano, após combater por duas décadas à ocupação militar sionista em seu país. Milhares de palestinos foram mortos. Centenas de soldados israelenses morreram. Dezenas de tanques e veículos blindados israelenses foram destruídos. A “invencibilidade” de Israel se destroçou, diante da população determinada a expulsar os invasores. Surgira no seio da resistência libanesa o Hezbollah, forjado nos combates e encarnando a luta pela autodeterminação do país perante o sionismo e imperialismo.

A destruição do Líbano combinou-se ao servilismo das forças políticas sunitas e cristãs que ergueram governos que, ainda incorporando a eles o Hezbollah, a maior e mais coesa força militar e social do país, seguiram subordinados ao imperialismo. Mas, não se apagaram os feitos heroicos e a herança de luta conquistadas na vitória contra Israel, orgulhosamente defendida pela população, e aplicada nas novas condições pelas milícias libanesas que se colocam ao lado dos palestinos pela derrota do sionismo.

A ocupação do sul do país pelo sionismo firma suas raízes coloniais no objetivo de Israel construir a “grande Israel” tomando posse à força de territórios do Líbano, Síria e Jordânia. Como no passado, o Hezbollah é a única força enraizada na luta contra a opressão sionista. O novo governo é incapaz (e não pretende) expulsar os sionistas e retomar a soberania sobre os territórios ocupados. A milícia xiita está enfraquecida, mas mantém um firme apoio entre a população, que vem crescendo.

Os opressores sionistas nunca perdoaram as massas libanesas pela sua façanha histórica, assim como hoje tampouco perdoam Hamas e Hezbollah por sua resistência. As condições para a derrota total do sionismo são hoje melhores que no passado pelo massivo apoio das massas à luta palestina e a crescente onda de indignação entre os árabes contra seus governos cúmplices do genocídio palestino e do expansionismo sionista. Porém, a derrota do sionismo e sua expulsão do Líbano e Palestina depende da classe operária sair da paralisia imposta pelas direções, e estrangular o aparelho industrial bélico com greves, ocupações de fábricas militares, e de portos e aeroportos, etc. As massas libanesas não contaram com essas condições mais favoráveis no passado. Por isso, é preciso reunir em uma só força a ação das massas exploradas contra seus inimigos comuns. A organização da luta contra o imperialismo em toda parte, combinada à ação internacionalista do proletariado, são a chave para a derrota do sionismo. ●

1. Atualizado sobre a base do texto do OI nº 15, de maio de 2024

15 de maio de 1948



77 anos da Nakba (catástrofe) do povo palestino ¹

Em 15 de maio, 750 mil palestinos foram expulsos de suas terras pelos invasores sionistas, e forçados ao exílio. Mais de 5 milhões de palestinos foram forçados a permanecer na diáspora, sem direito ao retorno. 500 cidades e povoados foram apagados do mapa, como hoje são apagados do mapa Gaza e, progressivamente, a Cisjordânia. Milhares de homens, mulheres e crianças palestinos foram massacrados pelas milícias fascistas israelenses, que se somam aos mais de 150 mil que desde 7 de outubro de 2023 vêm sendo trucidados. São milhares os desaparecidos sob os escombros ou pelas forças militares israelenses. São também milhares de prisioneiros e torturados, e centenas de milhares os que vivem sob permanente vigilância e perseguição. A apropriação forçada de territórios, a limpeza étnica e a colonização sionistas marcam a fogo a opressão nacional sobre os palestinos até hoje. O objetivo do sionismo e do imperialismo está claro: limpar a Palestina e tomar posse de seus recursos e terras.

O que resta em pé de Gaza é um campo de extermínio. E a Cisjordânia transformou-se em um gueto, que agora está sendo alvo dos mesmos métodos aplicados em Gaza. Essas atrocidades perpetradas pelo sionismo assentam suas raízes históricas na Nakba, que começou há 77 anos e continua vigorando, até hoje. Isto porque o enclave imperialista sobrevive por meio da brutal opressão nacional, da colonização militarista, do terrorismo de estado e da imposição de um violento apartheid racial, visando a controlar a exploração das vastas riquezas naturais da região, em proveito dos monopólios imperialistas. É a esse objetivo econômico que serve a limpeza étnica e o genocídio do povo palestino, desde 1948.

Nestes 77 anos, não mudou a decisão firme e corajosa do povo palestino de resistir até a última gota de sangue. Não mudou a decisão da resistência a defender suas terras e conquistar sua autodeterminação nacional. Embora mudaram as forças que a compõem, assumindo o Hamas a expressão genuína da luta pela libertação e o direito a resistirem, uma vez que a OLP e a ANP se passaram ao campo do inimigo nacional e de classe. Há 77 anos, segue vigente a luta palestina, ainda que suas organizações mudem e suas direções sejam traidores ou martirizados. O problema é que a resistência palestina não possui uma direção revolucionária que a organize em uma frente única anti-imperialista (unidade das massas oprimidas ao redor do proletariado), para derrotar o imperialismo e o sionismo com a ação revolucionária das massas e sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não contam, fundamentalmente, com uma direção revolucionária mundial capaz de assumir a direção política dos movimentos de massas e orientá-las a combater seus governos e estrangular o sionismo.

A impotência atual do sionismo em aniquilar a resistência palestina; a decisão dos houthis de atacarem alvos imperialistas e sionistas apesar das campanhas militares imperialistas; as ameaças de revolta das massas árabes contra os governos árabes, e, especialmente, os bloqueios de portos e aeroportos pela classe operária em diversos países, abrem caminho à derrota de Israel. Para que essa derrota seja possível, e ajudar os palestinos a avançarem para sua libertação social e nacional, a luta proletária deve abrir uma via nos países imperialistas e árabes. A destruição do Estado de Israel e a expulsão do imperialismo, além da destruição da ANP, será um ato revolucionário que vingará as centenas de milhares de vidas palestinas e os milhões de expulsos, avançando à estratégia da Palestina una, livre e socialista, do rio ao mar, parte de uma federação de estados socialistas da região! ●

1. Atualizado sobre a base do texto do OI nº 15, de maio de 2024

**28 de maio de 1964****61 anos da criação da OLP¹**

1. Atualizado sobre a base do texto do OI nº 15, de maio de 2024

Em 1948, foi votada a Resolução 181, que aprovou o “Plano de Partilha da Palestina” que criou as condições para a formação do enclave imperialista de Israel. A Liga dos Estados árabes (Líbano, Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, etc.) e uma representação de organizações palestinas começaram a articular as forças palestinas visando constituir uma representação política e a resistência armada contra o sionismo. Em 1964, na Jordânia, o 1º Conselho Nacional Palestino (CNP) constitui a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Yasser Arafat não estava entre os membros fundadores da OLP, nem o atual presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, embora eram fundadores do maior partido “revolucionário” palestino: Al Fatah. A OLP e Al Fatah reivindicavam a luta armada objetivando a destruição do Estado de Israel e a reconstrução da “Palestina histórica”, como território

único e indivisível do povo Palestino, com sua capital em Jerusalém.

Após décadas de combate, a OLP e Af Fatah passaram a conciliar e negociar com os sionistas, verdugos de seu povo. Do combate ao sionismo e imperialismo passaram à subserviência perante os inimigos e opressores sionistas. Al Fatah e a ANP acomodaram-se ao reconhecimento da OLP na ONU, como “*única e legítima representante do povo palestino*”, em 1974. Refletindo ainda a própria virada dos países árabes para a posição de subserviência ao imperialismo e reconhecimento de Israel.

Em setembro de 1993, com a assinatura dos “acordos de paz” de Oslo e em troca de desmontar a resistência armada e reconhecer o Estado de Israel assumindo a tese imperialista dos “Dois Estados”, se oferecia à ANP reconhecimento político, garantindo ainda seu “direito” a governar e manter o controle administrativo de parte da Palestina. O que significou trair a luta pela autodeterminação porque,

enquanto existir o Estado sionista, não haverá como conquistar a “Palestina histórica” única e indivisível.

Na base da traição, acham-se os interesses venais da burguesia árabe que passou a usufruir dos lucros das exportações de petróleo, como lhes prometeram os EUA e aliados. A mediana burguesia palestina e a pequena-burguesia ligada ao aparato administrativo dos territórios ocupados se curvaram ao imperialismo em troca de negócios e de recursos à custa da limpeza étnica e genocídio palestino. Em meio às revoltas populares palestinas (Intifadas) nasceu e cresceu o Hamas como a representação genuína da decisão inabalável dos palestinos a continuar a lutar pela Palestina Livre, do rio ao mar.

A ANP se tornou um instrumento do sionismo. Em meio ao processo acelerado de limpeza étnica na Cisjordânia e Gaza, e das negociações para deslocamento forçado dos palestinos que sobrevivam ao holocausto praticado em escala industrial por meios militares,

a ANP negociou ter sob seu controle parte de Gaza de comum acordo com o sionismo e as burguesias árabes. Eis porque começou uma campanha para insurgir os palestinos contra o Hamas, exigindo sua expulsão ou morte. A ANP não é apenas inimiga do Hamas, como fundamentalmente de seu próprio povo. Sua destruição e o julgamento por traição de suas direções é uma tarefa prática imediata colocada para conquistar a autodeterminação palestina.

O programa do Estado palestino “único e indivisível” abandonado pelos traidores da ANP continua vigente e se mantém vivo na luta da resistência e dos palestinos. Disso trata a bandeira da Palestina Livre do Rio ao Mar, que será o resultado da destruição do estado sionista e da expulsão do imperialismo por meio da luta revolucionária das massas oprimidas árabes aliadas à classe operária mundial sob o programa da Palestina una e socialista, e da estratégia dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. ●

**PPRI**

ppri4.org / [ppri.partido](https://www.instagram.com/ppri.partido)
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

A guerra comercial de Trump projeta o intervencionismo e militarismo imperialista em larga escala

Ergue-se como guia da ação revolucionária a estratégia, táticas e métodos leninistas de transformar as crises, guerras e contrarrevoluções em novas revoluções proletárias

 Nos primeiros 100 dias do governo Trump foram permanentes as bravatas de mudar de forma radical a relação dos EUA com o mundo, mas o que fica são as contínuas manobras para manter equacionada a crise e os contínuos recuos, sobretudo, na declaração de aberta guerra comercial com a China. Ainda que conseguisse equacionar (diminuir) o crescimento da dívida nacional em termos absolutos, não conseguiu rebaixar e, menos ainda, mudar as relações comerciais que estão na base do déficit.

Assim, o déficit (relação entre exportações e importações) continua negativo pelo quinto mês consecutivo, fechando em US\$ 160,5 bilhões negativos. Embora seja a metade do déficit de fevereiro (US\$ 307 bilhões), ainda indica que as vantagens estão todas do lado da China, que produz mais barato, mais rápido e cada vez com melhor qualidade. A dívida pública estadunidense teve um aumento de US\$ 2 trilhões desde janeiro de 2024, sendo de US\$ 36,2 trilhões. Para o ano fiscal de 2025 a previsão é que o governo comprometa US\$ 952 bilhões com o pagamento de juros, 8% acima do montante gasto em 2024. Ao mesmo tempo em que no primeiro trimestre de 2025 a economia recuou 0,3% (expressando a estagnação). Houve ainda o aumento de detentores estrangeiros da dívida dos EUA, crescendo em 0,8%, e chegando a 24,3% os detentores estrangeiros da dívida. Paralelamente, retrocedeu a participação na dívida da China, Reino Unido e outros países.

Após a brutal queda na bolsa de valores, o retrocesso na compra de “Letras do tesouro” (títulos de dívida) e depreciação do dólar como valor de referência mundial, típicas respostas a uma fuga de capitais, seguiram as pressões de poderosas empresas monopolistas (sobretudo, automobilísticas) que viam que as tarifas afe-

tavam seus negócios e encareciam seus custos de produção, pagando até três vezes mais por matérias primas, bens ou serviços para a montagem de produtos de alto valor agregado no país. Foi então que Trump recuou, rebaixando ou retirando as tarifas. Ficou demonstrado nosso prognóstico que consta de nossa Declaração, publicada neste jornal (pag 24), de que *“Como já aconteceu com a Inglaterra, os EUA transformaram-se em grande parte em montadora de peças, e, fundamentalmente, cortadora de cupons e centro do mercado cambial, processo que se espelhou no retrocesso de suas forças produtivas internas”*. Indicando uma *“mudança nas relações econômicas internacionais, hoje favoráveis à China”*.

Não obstante, continua sendo aplicado o objetivo estratégico de impedir a China de usufruir dessas vantagens econômicas. Os EUA apostam agora em encarecer o transporte de suas mercadorias, visando encarecer seus produtos com novas manobras de guerra comercial. É nesse sentido que o governo republicano decidiu acirrar a ofensiva para tomar posse efetiva do controle sobre o Canal de Panamá e os portos adjacentes que estavam sob o controle chinês. O chefe do Pentágono, Pete Hegseth, impôs ao governo panamenho a assinatura de um acordo de segurança para “militarizar” o Canal, intervindo com tropas norte-americanas na estratégica via comercial, e obrigando ao governo de Panamá a sair do Acordo da Rota da Seda da China. É parte dessa estratégia pressionar a China a vender sua participação no controle de portos do Canal. O fato é que os EUA não poderão manter esse curso da guerra comercial, da qual depende esse país manter sua hegemonia, sem aprofundar as tendências bélicas. Essa política pretende ser estendida ao Canal de Suez, por onde passa um quarto do comércio

mundial, hoje alvo estratégico para o imperialismo cercar a China e avançar no intervencionismo sobre o Irã.

É parte do quadro de agravamento da crise a retomada pela Rússia sobre a região de Kursk, invadida pela Ucrânia visando obter uma “moeda de troca” nas negociações de cessar-fogo. As tropas russas seguem avançando e se aproximam do controle objetivo de todo o leste ucraniano, de maioria nacional russa, consolidando de fato sua anexação à Rússia. A Ucrânia está sob pressão norte-americana de chegar a um acordo com a Rússia, e de entregar em bandeja seus recursos minerais e industriais aos EUA, ou será abandonada à própria sorte. Como assinalamos no editorial internacional do O nº 26, *“(...) a Europa está em frangalhos para continuar a guerra, apoiada apenas em seus recursos industriais, que, somados à crônica carência de reservas estratégicas de matérias-primas e energia barata, obrigam as potências imperialistas a impulsionarem as tendências bélicas para se apossarem de recursos naturais, matérias-primas e mercados à força (...)”*. Eis porque o principal obstáculo a um cessar-fogo é a Europa capitalista que afunda e avança na exploração e saque dos assalariados para manter sua indústria bélica e o financiamento da guerra na Ucrânia que afunda a Europa burguesa no belicismo e a decomposição das relações econômicas, alavancando a desagregação da unidade política do Bloco e o agravamento dos conflitos sociais quando as massas começam a se movimentar para derrotar os ataques e se chocam com os governos. Cada passo que a Europa capitalista dá na guerra contra Rússia, mais se aproxima de sua dissolução política, das medidas fascistas de governo e da explosão da luta de classes.

É importante destacar a participação de tropas norte-coreanas jun-

to das tropas russas para expulsar o exército ucraniano da região russa de Kursk. A guerra na Ucrânia transformou-se em um laboratório não apenas de novas tecnologias - com clara vantagem para a Rússia - mas também em um mapa de treinamento para futuros combates. São experiências práticas que devem ser assimiladas para quando deflagrar uma guerra mundial que, como tudo indica, oporá de um lado os países imperialistas e seus aliados, e de outro os estados operários degenerados com seus aliados. A Coreia do Norte aprende as novas táticas e consolida o Acordo de Parceria Estratégica assinado pelas burocracias russa e norte-coreana. Sob ataque da Coreia do Sul, Japão e dos EUA, Rússia enviará suas tropas e proverá recursos e equipamentos tecnológicos. A unidade oportunista das burocracias nada tem a ver com estender a revolução proletária, e sim com preservar seu controle da economia e do estado como casta parasitária. E o fazem se apoiando e fortalecendo conjuntamente a propriedade nacionalizada pelas revoluções, das quais dependem para fortalecer suas capacidades industriais e bélicas, portanto, para sobreviver como casta parasitária. O que, contraditoriamente, impulsiona o imperialismo à guerra porque não há sobrevida ao capitalismo sem destruir a propriedade estatizada pelo proletariado revolucionário e, derubando as burocracias com a intervenção externa, reerguer os estados burgueses e transformar esses países que expropriaram a burguesia em semicolônias, reconstruindo as forças produtivas destruídas sob o controle do imperialismo e submetidas à extração de maiores lucros pelos monopólios. Esse é o curso mais geral das violentas manifestações atuais das crises e das guerras que dão seu conteúdo às contrarrevoluções que impulsionam o imperialismo. Como afirmamos em nosso Manifesto do 1º de Maio (pág. 8), as tendências bélicas têm por origem a *“contradição entre as forças produtivas capitalistas, desenvolvidas sob a forma da grande propriedade privada monopolista; e as forças produtivas desenvolvidas sobre a base da economia e dos meios de produção nacionalizados*

pela revolução proletária”. Por isso, como afirma nosso Programa, aprovado no I Congresso do PPRI, *“Apesar da política contrarrevolucionária das burocracias, enquanto permaneçam em pé as bases materiais que dão seu conteúdo social operário aos países que fizeram a revolução, esse antagonismo fundamental subordinará os choques e conflitos mundiais e condicionará, portanto, o programa, a tática e linha política do partido revolucionário”*, que é o programa da Revolução Política defendido por Leon Trotsky e, depois, por Guillermo Lora (pelo menos até 1996, data dos seus últimos escritos sobre o tema). E que, segundo Lênin, desde a revolução de 1917 é o antagonismo fundamental da atual época histórica.

Esse antagonismo condiciona, também, um provável ataque do imperialismo ou de Israel contra o Irã, que introduzirá no choque à Rússia, que não apenas é o principal sócio comercial e militar do Irã, como também estão comprometidos com ajuda mútua em caso de agressão externa. Disso trata o “Tratado de Ajuda Mútua” do Irã com a Rússia que acenderia um levante generalizado das massas árabes e projetaria a guerra internacionalmente, levando a novas convulsões e processos de crises revolucionárias das burguesias árabes pró-imperialistas. É dentro desse quadro que Paquistão e Índia ameaçam entrar em um conflito armado pela disputa ao redor da região da Caxemira. Essa guerra interessa ao imperialismo que procura desestabilizar a região, justificar seu intervencionismo, remover os governos que ensaiam uma limitada soberania nacional e acirrar o cerco contra a China e a Rússia.

Em nosso Programa assinalamos que *“A época em que o Partido Proletário Revolucionário Internacionalista se constrói é marcada por crises, guerras e contrarrevoluções”*, hoje determinadas em suas tendências fundamentais pela *“contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as formas privadas da apropriação do produto social do trabalho e da propriedade privada monopolista, como acirraram a contradição entre as fronteiras e Estados baseados em forças produtivas capi-*

talistas com as economias e Estados onde dominam a propriedade nacionalizada pelas revoluções socialistas, ainda que hoje os Estados Operários estejam profundamente degenerados pela casta burocrática (...)”. De forma que *“Os programas da revolução social nos países capitalistas e da revolução política nos Estados Operários são duas partes indissolúveis e interdependentes do programa do PPRI”*, e de primeira a importância para a unidade das massas para defender uma tática revolucionária leninista.

//

• • •

O guia da ação revolucionária neste conturbado cenário da crise mundial é a luta imediata, unitária e radicalizada das massas pela conquista das reivindicações e pelo fim do militarismo imperialista derrotando as contrarreformas e paralisando a indústria bélica, e defendendo incondicionalmente as nações e povos oprimidos e as conquistas revolucionárias do proletariado.

O guia da ação revolucionária neste conturbado cenário da crise mundial é a luta imediata, unitária e radicalizada das massas pela conquista das reivindicações e pelo fim do militarismo imperialista derrotando as contrarreformas e paralisando a indústria bélica, e defendendo incondicionalmente as nações e povos oprimidos e as conquistas revolucionárias do proletariado. Trata-se de transformar as crises e as guerras imperialistas em guerra civil contra a burguesia e seus governos, abrindo o caminho a novas revoluções proletárias, erguendo nos movimentos e lutas o programa da revolução social nos países capitalistas, e da revolução política nos estados operários degenerados. ●

Agravamento dos choques entre EUA e China anunciam uma *nova fase da escalada das tendências bélicas*

Manifesto PPRI - 16 de abril de 2025

A guerra tarifária de Trump simultaneamente contra 148 países já teve recuos, principalmente com o adiamento de sua aplicação por 90 dias, exceto para a China. Depois de uma semana de anunciadas as “tarifas recíprocas” para as importações para os EUA, já houve retrocessos, de 20% para 10%, se mantendo em 25% para algumas importações, a exemplo dos carros. Decretadas sobre a base de cálculos contábeis de como cobrir imediatamente o déficit comercial dos Estados Unidos com os países-alvos das medidas, foram efetivamente reduzidas para importações de telefones celulares, computadores, semicondutores e chips. A Rússia ficou de fora, à espera de acordos comerciais que a favoreçam em relação aos EUA. Ficam ainda em pé as tarifas de até mais de 150% (com ameaça de subir acima de 200%) contra a China. O governo Trump acreditava que bastava ameaçar e taxar a China para o regime filo estalinista cair de joelhos. Não obstante, foi o contrário do que aconteceu.

A China respondeu, com aumentos recíprocos às importações norte-americanas, fechou a torneira das exportações de minerais e matérias-primas essenciais para a produção de componentes e equipamentos eletrônicos e bélicos, e suspendeu as compras futuras de aviões da Boeing, importante empresa de tecnologia de aviação/militar dos EUA. Imediatamente, o governo republicano passou a sofrer a pressão dos monopólios, que não têm como produzir e lucrar sem os produtos importados mais baratos. Em grande parte, a indústria norte-americana foi transformando-se em uma montadora de componentes. O que levou os capitalistas a contestarem a “guerra de tarifas” sem controle, a qual agrava as pressões inflacionárias, levou à venda massiva de títulos do Tesouro, e ao aumento exponencial do custo

de produção. Musk, aliado de primeira-hora de Trump, esteve entre aqueles que o alertaram (criticando seus assessores) pelas consequências das medidas. O que é um claro indicativo da crescente pressão de capitalistas da base do governo, que visam a manter seus negócios lucrativos. Note-se que um dos principais obstáculos à guerra tarifária de Trump vem, precisamente, da profunda dependência dos EUA da divisão mundial do trabalho e da internacionalização da produção de componentes, matérias-primas e produtos.

As mesmas condições que, no passado, serviram aos EUA para se enriquecerem, e se elevarem por cima do mundo capitalista em seu conjunto, no atual curso de desindustrialização e financeirização da economia dos EUA, agora, retornam como entraves à lucratividade do capital e bloqueios aos investimentos na produção. A anarquia da produção capitalista, a concorrência, e a lei tendencial à queda da taxa do lucro dos monopólios minou progressivamente a base econômica da principal potência industrial até fins dos anos de 1980. Como já aconteceu com a Inglaterra, os EUA transformaram-se em grande parte em montadora de peças, e, fundamentalmente, cortadora de cupons e centro do mercado cambial, processo que se espelhou no retrocesso de suas forças produtivas internas.

Por isso é que as tarifas como meio e pressão só poderiam ser efetivas contra as semicolônias e, em menor medida, contra a Europa capitalista; mas nunca contra a China industrializada, que avança como rolo compressor no mercado mundial, retirando os EUA e a Europa de suas posições comerciais. Desde 1990, os EUA caíram do 1º para o 20º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A gigantesca acumulação de capital não se reverteu em aumento das forças produtivas internas e, ao

mesmo tempo, impulsionou a destruição das condições de vida mais elevadas da população estadunidense. Longe de resolver as contradições, esse percurso aumenta os perigos da luta de classes para a burguesia.

Durante esse percurso histórico, a burguesia norte-americana e seus governos de plantão recorreram ao monopólio do dólar para manter equacionados os lucros monopolistas, por meio do saque das dívidas públicas e da apropriação de parte da mais-valia mundial, o que tinha ainda a vantagem de despejar os estragos dos déficits norte-americanos sobre a maioria oprimida do planeta. Se, de um lado, a depreciação do dólar pode ajudar a baratear os custos de produção interna e alavancar a lucratividade das exportações, por outro lado, o aumento das importações pode destruir essa vantagem. O que se soma à “desdolarização” das transações mundiais, refletindo uma mudança nas relações econômicas internacionais, hoje favoráveis à China. Esse país apresenta uma taxa mais elevada de produtividade, baseada, sobretudo, na maciça modificação de seu componente orgânico e técnico na produção, favorecendo-a para inundar os mercados com mercadorias de alto valor agregado e mais baratas. Não é por acaso que os Estados Unidos fecham suas fronteiras, enquanto a China tenta abri-las. A China pode sofrer abalos pela guerra tarifária, uma vez que suas exportações trazem gigantescos recursos, que se revertem no mercado interno e na produção. Mas, suas forças produtivas estão em ascensão (diferentemente dos EUA), e conta com enormes volumes de sobretrabalho, que abrem as economias nacionais por meio de investimentos em infraestrutura, créditos, etc.

Essas potencialidades e capacidades chinesas têm por fundamento a permanência da grande propriedade nacionalizada pela revolução prole-

... (...) o choque entre os estados operários degenerados e o imperialismo continua sendo, como era na época de Lênin, o principal fator da crise mundial e das convulsões bélicas. O expansionismo militarista dos imperialistas sobre as fronteiras da China e da Rússia comprovam o quão vigente continua esse prognóstico histórico leninista. Assim, a luta de classes em cada país se manifestará em meio à decomposição das democracias burguesas, de violentos ataques às massas e de projeção do militarismo imperialista.

tária. O que demonstra que ela ainda não esgotou todas suas tendências internas progressivas, apesar de sufocada pelo parasitismo e política restauracionista da casta burocrática. A destruição da propriedade nacionalizada pelas revoluções é a única via no prazo imediato que pode dar uma sobrevida ao capitalismo, ao reconstruir as forças produtivas destruídas sob seu controle. Para progredir nesse objetivo estratégico, para a burguesia mundial é necessário atacar e militarizar as relações entre o capital e a força de trabalho. Ainda que as tarifas possam ajudar a elevar relativa e artificialmente o valor de mercadorias importadas e garantir aos capitalistas estadunidenses “competitividade” internacional e um mercado interno cativo e restrito aos produtos externos, em particular os chineses, uma rápida diminuição dos preços de produção se dará, fundamentalmente, à custa do aumento da massa da mais-valia arrancada do proletariado nacional, isto é, criando condições para que exploda a luta de classes internamente. O governo fascista de Trump se prepara para isso, ao atacar e cortar violentamente as liberdades democráticas de organização e manifestação.

Trump recorreu às medidas adotadas em fins do século XIX e começo do XX, que marcaram a fogueira do protecionismo norte-americano, estufa onde se desenvolveram as mais poderosas forças produtivas monopolistas do capitalismo. Base sobre a qual se projetaria o expansionismo imperialista que colocaria aos EUA como principal potência. Mas, Trump não expressa a fase de ascensão, mas a de decomposição. Reviver os velhos métodos nas novas condições em que a China conquista mercados e se projeta como potência industrial mundial, alavancará o curso das guerras e da

barbárie social. A sombra do intervencionismo sobre o Irã, o financiamento do genocídio palestino e os ataques aos houthis são passos na preparação de uma confrontação militar em larga escala, cujo principal alvo é a China. É visando a esse objetivo que Trump aprovou um trilhão de dólares em orçamento militar para 2025. Ainda que muito maior que o orçamento militar chinês (246 bilhões de dólares), é incapaz de frear o avanço na conquista da China dos conhecimentos técnicos e aplicações sobre as principais tecnologias mundiais.


O imperialismo de feições nacionalistas que se insurgiu no seio da decomposição da principal potência imperialista reacendeu as tendências que se gestaram no período de pré-Segunda guerra mundial. Por isso é que as medidas e políticas dos EUA cheiram ao passado mal digerido. Isso se verifica ainda em meio à desagregação da unidade capitalista da Europa. A decisão da União Europeia, de continuar a guerra na Ucrânia - e os lucros dos barões da indústria bélica -, somente é possível afundando as massas na miséria e pobreza o que, mais uma vez, preanuncia a explosão da luta de classes e o fortalecimento das tendências fascistas no seio dos governos europeus. Toda a podridão acumulada por décadas vem à superfície, e afoga o mundo em convulsões sociais, comerciais e bélicas. É isso também que explica por que as instituições internacionais (OCDE, ONU, OEA, TPI etc.) construídas sobre a primazia anterior dos EUA, acompanham o desabamento e reacionarismo do capitalismo monopolista.

O essencial à política revolucionária é compreender que o choque entre os estados operários degenerados e o imperialismo continua sendo, como era na época de Lênin, o principal fator da crise mundial e das

convulsões bélicas. O expansionismo militarista dos imperialistas sobre as fronteiras da China e da Rússia comprovam o quão vigente continua esse prognóstico histórico leninista. Assim, a luta de classes em cada país se manifestará em meio à decomposição das democracias burguesas, de crescentes e violentos ataques às massas e de projeção do militarismo imperialista.

A defesa das condições de vida colocará, imediatamente, a necessidade de derrubar os governos capitalistas, que as arrastam para a barbárie, e derrotar as tendências fascistas incubadas nas democracias burguesas, com a estratégia, os métodos e as táticas da luta de classes proletária. O guia da ação revolucionária é a luta imediata, unitária e radicalizada, pela conquista das reivindicações e defesa das condições de vida e as liberdades democráticas contra os governos burgueses. O fim do militarismo imperialista se alcançará paralisando a indústria bélica, defendendo incondicionalmente as nações e povos oprimidos sob ataque imperialista e as conquistas revolucionárias do proletariado. No O Internacionalista nº 25, afirmamos: “A política e tática leninistas de transformar as guerras e intervencionismo imperialistas contra os estados operários e os países oprimidos em guerra civil contra a burguesia nos países capitalistas, seguem mais vigentes do que nunca”. Por isso, a tarefa mais imediata e urgente é “reconstruir a direção mundial revolucionária do proletariado sob o programa da revolução social nos países capitalistas, e da revolução política nos estados operários degenerados, defendendo incondicionalmente as economias nacionalizadas e os estados operários, sem compactuar em nada com os interesses das burocracias”. Não há outro programa capaz de frear a barbárie capitalista! ●

POLÍTICA DE GUERRA DE DONALD TRUMP CONTRA OS IMIGRANTES

 Nos EUA trabalham na indústria, serviços e comércio mais de 30 milhões de imigrantes, representando quase 18% da força de trabalho. Os imigrantes considerados “ilegais” chegam até 13 milhões, trabalhando a maioria em setores da economia com trabalho superexplorado, não registrados e com salários miseráveis. Mas, também o imigrante compõe, nessas condições, parte do exército de força de trabalho excedente.

De outubro de 2023 a setembro de 2024, o Escritório de Alfândegas e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) deteve 2,1 milhões de migrantes na fronteira sudoeste dos EUA. Esse número foi menor que o registrado em 2023, quando 2,5 milhões de pessoas foram detidas, e em 2022, com 2,4 milhões de detenções. Desde outubro, início do ano fiscal de 2025 nos EUA, quase 300 mil pessoas foram detidas na fronteira sudoeste (Texas, Novo México, Arizona e Califórnia). 1,2 mil imigrantes morreram nas rotas migratórias que vão desde América do Sul até os EUA entre 2023 e 2024, enquanto já contabiliza aproximadamente 100 o número de mortos registrados desde o começo de 2025. Desde 2014, foram 11.038 os mortos, dentre os quais 6.439 na fronteira com os EUA.

Logo no início do segundo mandato de Trump, que foi eleito sob a base de uma política de guerra contra os imigrantes, seu governo começou a colocar em prática as primeiras tentativas de expulsão sumária dos imigrantes do território norte americano. O primeiro experimento migratório de deportação ocorreu em fevereiro/2025, na qual imigrantes de várias nacionalidades foram deportados para América Central, por meio de acordos com os governos capachos do Panamá, Costa Rica e de El Salvador.

No dia 28/02/25, o canal de podcast El hilo publicou uma cobertura completa sobre este experimento

por meio de uma matéria intitulada “Deportados a Centroamérica: el experimento migratorio de Trump”, denunciando que três voos militares, de grande porte, transportaram imigrantes de Ásia, Oriente Médio e Europa (China, Índia, Irã, dentre outras nacionalidades), usando estes países da América Central como uma ponte para posterior deportação para seus países de origem. Grande parte dessas pessoas sequer sabiam para onde estavam sendo levados.

O Panamá foi o primeiro país a receber imigrantes “ilegais” que entraram nos EUA e que não podem retornar aos seus países de origem, pois são refugiados, que Trump precisa se livrar rapidamente para não ter que acolher segundo determinam as leis de proteção aos direitos humanos das pessoas refugiadas. Neste primeiro experimento o governo Panamenho abrigou esses imigrantes em um hotel na capital, antes de encaminhá-los a um abrigo, o que levou a vários questionamentos da opinião pública local e internacional, que registrou imagens desses imigrantes pedindo ajuda, através das janelas de vidro do hotel.

Neste experimento inicial havia famílias com crianças, considerado um dos principais problemas legais para o governo norte americano, já que segundo as leis nacionais não se pode deter uma criança imigrante em um centro de detenção por mais de 20 dias, após esse período é necessário libertá-los. Por isso, antes de ter que soltá-los, Trump recorreu às “deportações provisórias”, já que por serem refugiados, as leis também protegem os imigrantes de serem deportados ao seu país de origem de forma arbitrária e ilegal, porque suas vidas estavam sob algum risco. Esta “alternativa” também se deu para evitar se colocar novamente em situação de crise política e jurídica, como aconteceu no seu primeiro mandato, quando separou as crianças de suas famílias. Vale lembrar aqui, que o governo

dos EUA é o único país que não ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança. Isso explica por que Trump, em seu primeiro mandato, agiu separando 30 mil crianças imigrantes de seus pais, mantendo-as em celas sem qualquer perigo de ser processado penalmente. O afastamento de crianças de suas famílias na fronteira foi uma peça central na política imigratória de Donald Trump.

O governo Panamenho se pronunciou dizendo que estava cumprindo todas as “exigências” dos direitos humanos, o que foi confirmado pelas instituições de direitos humanos, quanto às condições estruturais do hotel, porém, o questionamento se deu em torno da situação de confinamento, que inclusive colocava vários imigrantes em situação de isolamento sem poder se comunicar com suas famílias e dizer onde estavam. Das mais de 300 pessoas que chegaram nos voos enviados a Panamá, mais da metade terminaram assinando um acordo de “deportação voluntária” (sob coação policial e política) e retornaram a seu país de origem (Índia e Geórgia, por exemplo), os demais, por volta de 112 pessoas (Iranianos, Afegãos e outros) decidiram não assinar esse acordo, pois alegaram que era muito perigoso voltar para casa, ou que não têm documentação, e por isso foram levados a um “acampamento”, San Vicente, na beira da selva Darién, conhecida como selva da morte, envolto por cercas e guardas armados, onde dormem em berços ou bancos duros e permanecem sem saber até quando permanecerão neste lugar.

Outro voo, este comercial e não militar, com 135 imigrantes chegou à Costa Rica em 20/02/25, com uma composição bastante diversa de imigrantes da Ásia e do leste da Europa (China, Azerbaijão, Armênia, dentre outras nacionalidades), quase a metade do voo era de crianças, ou seja, quase todas as pessoas tentavam migrar aos EUA em família.

Segundo a Defensoria Pública que entrevistou os imigrantes para saber se estavam bem e em que condições foram transportados, as pessoas não tinham conhecimento de onde estavam e disseram que tiveram seus documentos e celulares confiscados. Foram levados direto a um albergue chamado El Catem, na fronteira com o Panamá, em condições extremamente precárias.

Segundo os governos de Panamá e Costa Rica, alegaram ter que firmar o acordo com os EUA, porque não havia outra saída, pois estavam preocupados com os impostos aduaneiros que poderiam ser determinados por Trump, além do que todos os gastos seriam cobertos pelos EUA, através da Agência da ONU, e que seria como uma espécie de “favor a um amigo poderoso”, já que também estava em jogo no caso do Panamá, a ameaça de intervenção militar norte americana no Canal do Panamá, embora o governo panamenho afirme que não se trata de chantagem em torno do controle do canal, mas de um interesse comum que é o controle das migrações, acordo que já havia sido firmado com Biden no ano passado, e que seu papel é de intermediário, de país ponte para posterior deportação final. Como afirmou o presidente de Costa Rica: *“Estamos ajudando ao irmão o economicamente mais poderoso do norte, que se decidir nos impor mais taxas alfandegárias nos prejudicam, mas, não acredito que o faça, embora estejamos a lhes fazer um favor e almejamos que o amor se paga com amor. Então, 200 vem e nós os tratamos bem e vão embora”*

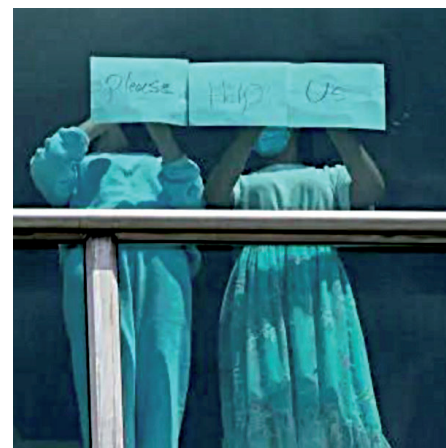
A política imperialista objetivava ainda deslocar imigrantes para outros países, em troca de ajuda financeira (os EUA pagam ao governo salvadorenho 20 mil dólares por imigrante preso no país), redução de tarifas ou apoio político e diplomático. Um exemplo disso é El Salvador, que dispôs o Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT) para alocar os venezuelanos deportados. É parte dessa manobra a exigência ao governo venezuelano a troca dos imigrantes expulsos dos EUA sob a Lei de Inimigos Estrangeiros, e em prisão no Salvador, por presos políticos dos

partidos da oposição direitista e golpista na Venezuela. Brasil, Honduras, México e Colômbia são outros países alvos de medidas migratórias e extorsões políticas. Trata-se de países de governos ditos de “esquerda” ou “não-alinhados”. A extorsão com os imigrantes é utilizada como arma de pressão e retaliação, visando impor os interesses norte-americanos, e negociar mais abertura para seus monopólios.

Como podemos observar é parte da política de deportações massivas sua utilização como arma nas negociações entre os EUA e os países semicoloniais. Trata-se, de um lado, de deslocar os custos de manutenção de um destacamento da força de trabalho sem inserção na produção para seus países de origem. Ainda é um meio de reorientar recursos do estado norte-americano para as mãos dos capitalistas (subsídios etc.) que atualmente são consumidos improdutivamente (para os capitalistas) para a manutenção da força de trabalho imigrante ilegal na forma de subsídios sociais etc. Eis porque todos os aportes financeiros estatais para organizações de advogados que intercedem para ajudar imigrantes a se legalizarem, e responderem processos jurídicos, foi cortado.

A diretora do programa para América Central e México do Centro pela Justiça e Direitos Internacionais, Marcela Martino, diz que o que está sendo feito, de forma acelerada e com pouca transparência, é sim uma violação aos direitos humanos, aos direitos das crianças e do estatuto dos refugiados, pois segundo o direito internacional não ter liberdade de movimento significa estar detido, estar privado de sua liberdade por razões migratórias, além de serem tratados como invasores e delinquentes, o que configura um verdadeiro processo de desumanização e criminalização, principalmente com aqueles que estão sendo caracterizados como uma nova categoria de “migrantes permanentes”, que se submetem a ir a qualquer lugar onde os aceitem, e chegam a viver grande parte das suas vidas nas estradas, migrando de um lugar a outro.

No começo das deportações em massa de imigrantes “ilegais”, se-



A extorsão com os imigrantes é utilizada como arma de pressão e retaliação, visando impor os interesses norte-americanos, e negociar mais abertura para seus monopólios. ■

e instrumento de pressão política, econômica e diplomática. A justificativa é caracterizar os imigrantes como “invasores” e “delinquentes”, ou seja, perigosos à sociedade e às instituições, portanto, não se aplicariam as leis de proteção que regem o tratamento jurídico aos imigrantes. A caracterização de cartéis mexicanos como “terroristas” serviu ao mesmo objetivo: associar ideológica e politicamente a imigração latino-americana como um perigo por, como disse Trump, conduzir “uma guerra irregular e realizar ações hostis contra os Estados Unidos”, desestabilizando as instituições do país. Quer dizer, “sujeitos a serem detidos, restringidos, mantidos sob custódia e removidos como estrangeiros inimigos”.

É sob essa política militarista e ditatorial que mais de um milhão de imigrantes foram excluídos dos bancos de dados de solicitações de imigração desde a vitória de Trump. Essa medida procura forçá-los a emigrar ao serem retirados de seu status jurídico e legal de proteção. O Departamento de Segurança Interna dos EUA, em parceria com o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE, na sigla em inglês, sob direção de Elon Musk), determinou

continua →

Os “inimigos internos” do estado são apontados com base na raça, religião, etnia e nacionalidade daqueles, que tem sua origem nos “povos oprimidos” pelos EUA, ou dos caracterizados como “estados e nações adversárias” sobre as quais se desfecham o intervencionismo diplomático, militar ou econômico imperialista.



ainda que se declarasse mais de seis mil imigrantes como mortos e os registrasse no banco de dados correspondente. Com isso, essas pessoas perderam definitivamente o direito de trabalhar legalmente e de receber benefícios sociais.

Sobre as tragédias de milhões de imigrantes e se apoiando nas medidas militaristas e fascistas de Trump, um setor dos capitalistas que fazem negócios com sistemas prisionais privados e tecnologia de segurança, procuram uma nova fonte de lucros. Propõem ao governo colocar os imigrantes sob vigilância eletrônica, e um sistema digital de reconhecimento facial que reportaria milhões em lucros às empresas de segurança privadas (muitas delas financiadoras da campanha de Trump), parasitando assim do orçamento aprovado pelo Congresso para programas e medidas de segurança e prevenção interna.

Sobretudo, a política repressiva e militarista sobre os imigrantes cria as condições para o estado burguês erguer um poderoso e vasto sistema de segurança que servirá para perseguir, criminalizar e reprimir movimentos que se projetam em choque contra a política exterior e interior norte-ame-

ricana, a exemplo dos manifestantes pró-Palestina, muitos deles imigrantes com visto temporário ou nacionalizados de origem imigrante, que continuarão sendo deportados ou criminalizados e processados.

A conclusão imediata dessas medidas fascistas é que é do interesse dos EUA esvaziar imediatamente os centros de detenção na fronteira, além de se desfazer rapidamente de pessoas imigrantes que são difíceis de deportar sem prejuízo de medidas legais, especialmente dos países com quem os EUA não têm relações diplomáticas (Afeganistão e Irã, por exemplo). Além de se desfazer de imigrantes que se consideram mais difíceis de manejar jurídica e politicamente, famílias com crianças, por exemplo. E por fim, confirmasse na prática o programa da campanha eleitoral de Trump, de que não vão tolerar mais pessoas cruzando a fronteira.

Sobretudo, é importante compreender que a política imigratória do governo republicano é uma das manifestações e reações da decomposição capitalista da principal potência imperialista. Um instrumento para estender e agravar o intervencionismo dos aparatos de segurança interna sobre as relações políticas e a vida civil da população. A criminalização dos imigrantes é ainda produto da criminalização de minorias, nacionalidades e etnias que são caracterizadas como perigo à segurança nacional e à estabilidade das instituições. Os “inimigos internos” do estado são apontados com base na raça, religião, etnia e nacionalidade daqueles, que tem sua origem nos “povos oprimidos” pelos EUA, ou dos caracterizados

como “estados e nações adversárias” sobre as quais se desfecham o intervencionismo diplomático, militar ou econômico imperialista. O nacionalismo imperialista fascista que se projeta nos EUA, rotula de “inimigos” aos originários das nações com as quais trava uma guerra, disputa ou choque, seja comercial ou militar. O que visa ainda a construir a farsa de uma “identidade nacional” que se vê ameaçada, portanto, a criar mecanismos repressivos e campanhas ideológicas para estender a repressão interna.

Salvando as devidas proporções e diferenças históricas, a política trumpista se assemelha aos preceitos ideológicos e métodos repressivos do nazismo, mostrando que o capital monopolista se projeta para adotar medidas e métodos fascistas porque é incapaz de garantir, minimamente, as condições de vida das massas oprimidas. E precisa militarizar abertamente a vida social e civil para reforçar o estado policial, que servirá para alavancar uma repressão e perseguição contra os movimentos em defesa das reivindicações mais imediatas e urgentes dos explorados. A política proletária da defesa do direito irrestrito à livre imigração e da completa igualdade entre imigrantes e com os habitantes do país ao qual emigram, é parte da luta pela defesa das condições de vida das massas e, particularmente, da luta pela defesa dos direitos e liberdades democráticas. Essa política somente pode ser defendida e desenvolvida, na fase de decomposição do capitalismo, como parte do programa e estratégia revolucionária do proletariado. ●

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquira com nossos militantes!

Eleições no Equador

A eleição de Noboa expressa a projeção das tendências reacionárias da burguesia contra a vida das massas

Os explorados devem se preparar para derrotar seus exploradores por meio da luta de classes

No segundo turno das eleições equatorianas (13/04), Daniel Noboa (Ação Democrática Nacional/ADN), derrotou Luisa González (Revolução Cidadã/RC), com 55,83% dos votos contra 44,17%. Anunciados os resultados, González denunciou fraude. No Congresso, ADN obteve 68 deputados – abaixo dos 77 necessários para formar maioria absoluta – e a RC 66. Pachakutik (partido indígena) obteve 9 deputados. Nenhuma força política conseguiu obter a maioria absoluta, o que favorece o recém-eleito presidente direitista, que pode abrir negociações sem temer enfrentar um bloqueio legislativo a suas medidas.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) rejeitou a realização de uma nova contagem de votos como solicitado por González. A OEA reconheceu como legítimos os resultados, assim como uma fração do “correísmo” (em referência a Rafael Correa que criou a legenda RC) que defendeu a legitimidade da vitória de Noboa. Tampouco houve uma mudança nos índices das votações em relação às eleições antecipadas do ano passado, que deram a vitória a Noboa, o que demonstraria que não houve alteração e manipulação de resultados. O que houve foi a perda de parte da base eleitoral da RC como uma manifestação eleitoral dos estragos do crime organizado (narcotráfico), com suas extorsões e criação de instabilidade aos negócios da pequena-burguesia urbana. Essa foi a cartada eleitoral que levou a Noboa a arrastar grande parcela da população ao apoiar a militarização proposta por esse – com apoio dos EUA.

González recorreu à mesma cartada da “segurança” e da luta contra o crime organizado, expressando uma adaptação do reformismo ao discurso ideológico reacionário da direita. O mesmo verificou-se em sua defesa da deportação de imigrantes venezuelanos “irregulares” do país, ou em seus acordos assinados junto de grupos religiosos (que arrastam votos) se manifestando contrária aos protocolos de “identidade de gênero” que garantem o direito de estudantes a se manifestarem livremente pela sua sexualidade, como aprovado pela

Corte Constitucional. Viragem essa que, em última instância, reflete a virada reacionária da burguesia que, em sua decomposição, não pode apoiar qualquer medida legislativa e jurídica minimamente progressista que leva a investir parte do orçamento público para garantir direitos civis sobre pressão do parasitismo financeiro, que encontra no reacionarismo ideológico obscurantista das igrejas uma justificativa para o saque dos orçamentos estatais. Está aí o fundamento da aproximação relativa entre Noboa e González no conteúdo de suas campanhas. Ambos os candidatos burgueses recorrem ao obscurantismo porque não têm como oferecer qualquer migalha às massas miseráveis e, portanto, devem continuar aplicando contrarreformas e destruindo direitos.

A militarização da sociedade em nome do combate ao narcotráfico, declarado o “estado de emergência permanente”, foi acordada com os Estados Unidos que, aliás, foi convocado para ajudar na formação das táticas a serem aplicadas e lhes foi concedido retomar sua base militar no país que fora desmontada pelo primeiro governo de Rafael Correa. A penetração do crime organizado entre os bairros devastados pela fome e miséria são manifestações da barbárie capitalista, e cresceu após a destruição dos salários e de empregos (100 mil empregos foram perdidos nos últimos anos) e das medidas econômicas que destroem as condições de existência dos oprimidos. A burguesia narcotraficante achou no desespero das massas uma fonte de lucros e novos membros. O reforço do Estado policial e a repressão estatal contra o crime organizado, nos fatos, serve à burguesia imperialista e nacional para preparar um aparato repressivo capaz de esmagar as tendências da luta de classes que ameacem os negócios e medidas pró-imperialistas. Ainda assombra a burguesia a insurreição operária e popular de 2019 que com sua força coletiva derrubou os tarifas e contrarreformas de Lênin Moreno. Portanto, ao transformar o país em base das manobras militares norte-americanas e militarizar a vida social,

o governo burguês de Noboa criou as condições para constituir um aparato repressivo contra as massas, e, ao mesmo tempo, abriu uma via para os EUA pressionar ainda mais para que se rompam os acordos do Equador com a China (a maior financiadora e consumidora de seus produtos agrícolas). Diante do acirramento da guerra comercial, o governo dos EUA recorre abertamente ao intervencionismo.

O golpe de estado do ex-presidente Guillermo Lasso contra o parlamento, horas antes de sua destituição (impeachment), favoreceu a vitória a Noboa nas eleições antecipadas. O imperialismo apoiou abertamente Noboa e organizou uma perseguição contra a RC por meio de medidas jurídicas e políticas. Durante a presidência temporária de Noboa, se garantiu uma maior fatia de recursos orçamentários para pagar dívida externa e subsidiar os capitalistas. Agora, o imperialismo pressiona para que se aprovelem definitivamente as contrarreformas que foram barradas pelo levante operário e popular, a exemplo da Reforma Administrativa para destruir direitos e reduzir salários do funcionalismo. Por isso que se exige de Noboa dar um passo decisivo na centralização autoritária das instituições e dos sindicatos antecipando os novos levantes que implodirão sob os abalos da crise sobre as massas.

Os explorados e oprimidos terão de se levantar contra os ataques e, assim, retomarão as tendências de luta presentes em 2019. Naquele momento, não conseguiram derrotar a burguesia de forma definitiva porque não tiveram como assumir um programa próprio à crise por estar ausente sua direção revolucionária. As novas lutas colocarão imediatamente a necessidade de enfrentar os ataques com um plano comum de reivindicações dos explorados, e recorrer à luta de classes. O que criará condições para construir sua direção revolucionária capaz de projetar a luta instintiva das massas sob o programa proletário pelo fim do capitalismo e pela construção do estado operário na transição ao socialismo. ●

Percurso da revisão antimarxista do POR afunda o partido no oportunismo típico do centrismo

Publicamos esta nota depois de realizado nosso I Congresso. Desde que publicamos nosso primeiro jornal (fevereiro 2023) fizemos uma crítica permanente ao curso revisionista do POR, organização da qual fomos expulsos politicamente. Nossa crítica é parte da necessária delimitação teórica e tática que está na base da construção do programa do PPRI que, ainda que inacabado, incorpora as heranças que reivindicamos da experiência do POR e do CERQUI; mas, especialmente nossa ruptura com revisionismo antimarxista dessa organização sobre a caracterização da Rússia e do programa da revolução política.

O POR publicou uma série de artigos pelos 33 anos da dissolução da URSS. Neles, se pretende levar aos leitores a “inferir dedutivamente” que a dissolução da URSS completou a restauração capitalista. É inútil procurar fatos, estatísticas ou informações objetivas das mudanças operadas nas relações de propriedade, ou das relações contraditórias entre regime político e base econômica e social do estado russo. As caracterizações do POR não têm qualquer base na realidade material que, em última instância, condicionam e delimitam as conclusões teóricas. Nós que militamos no POR, e estivemos em minoria na luta interna contra a revisão antimarxista, já conhecemos esse método impressionista e subjetivo.

A maioria do POR defendeu que a dissolução da URSS significou a restauração burguesa. Mas, o fez de contrabando, por meio do ponto 13 da resolução internacional apresentada ao XVI Congresso. Nela, estava formulada a tese de que a derrubada da URSS constituía a “vitória final” da contrarrevolução, portanto, estava concluída a restauração. A maioria tentou esconder a revisão afirmando que não significava que se abandonava o programa até então defendido. A manobra foi descoberta quando nas resoluções sobre a guerra da Ucrânia do CERQUI, já desde março e abril de 2022, se afirmava que a Rússia agia com “métodos capitalistas” na opressão nacional sobre a Ucrânia. O V Congresso do CERQUI, finalmente, aprovou uma resolução na qual a restauração estava concluída.

Na divergência interna, a maioria definiu a Rússia como semicolônia “com distinção”. Mas, nas semicolônias domina o capital financeiro ao controlar os ramos-chaves da economia. Na Rússia, é a propriedade estatizada dos grandes meios de produção que domina na indústria, no sistema bancário e na propriedade da terra. O capital financeiro não controla os ramos-chaves da economia e, menos ainda, o sistema bancário e creditício. A burguesia interna em formação está subordinada ao Kremlin e não tem uma expressão política própria (partido) e nem controla o estado. Houve sob Putin um processo de reestatizações e foi a propriedade estatizada (que tem sua origem na revolução) a base sobre a qual se realiza o desenvolvimento econômico nacional no quadro da desagregação econômica capitalista.

AS REVIRAVOLTAS OPORTUNISTAS SÃO TÍPICAS DO REVISIONISMO IMPRESSIONISTA

Segundo o POR, “A liquidação da URSS resultou em demolição desse edifício [refere-se à propriedade nacionalizada, monopólio do comércio exterior, a planificação racional da

economia e a destruição do Estado Operário, N.E.], fortaleceu as oligarquias burguesas, reintroduziu a exploração do trabalho, promoveu as fronteiras nacionais, obstaculizou as forças produtivas, recompôs em um patamar mais elevado a opressão nacional e demoliu parte dos obstáculos à penetração das forças imperialistas”.

No Massas 733 (página 38), três anos depois do revisionismo, a tese da “vitória final” foi trocada. Eis: “A derrocada da URSS resultou **na mais significativa vitória** do imperialismo em seu combate às revoluções sociais, ao desenvolvimento das forças comunistas, às lutas dos povos oprimidos pela independência nacional e aos avanços organizativos dos trabalhadores.” (destaques nossos)

Se se demoliu o “edifício” do Estado Soviético, então a dissolução da URSS foi sim a “vitória final” do imperialismo, quer dizer, restaurou-se o capitalismo já em 1991. Entretanto, não se confirmou que a Rússia fosse já uma semicolônia, como defendia a maioria na revisão. O que levaria o POR a apagar essa caracterização e a trocar pela da “potência regional” de forma oportunista. Ora, a caracterização da dissolução da URSS como “a mais importante vitória” foi defendida pela minoria com o conteúdo de que, apesar da dissolução da URSS constituir uma grande vitória, não era uma definitiva que se impõe com a restauração. O POR parasita de uma caracterização que não corresponde à revisão para ajustar a análise à realidade que deu um soco a seu impressionismo teórico.

Alguns anos antes, o POR no jornal Massas afirmava que “a anexação da Crimeia assinalou a resistência da burocracia restauracionista russa em ceder território às potências europeias e aos Estados Unidos”. Depois de 2014 a anexação era caracterizada como medida de resistência da burocracia russa (na época, ainda se defendia esse país como Estado operário degenerado). Agora, sem mudar a base econômica ou o mesmo o governo russo, para o POR a continuidade da guerra na Ucrânia da qual Crimeia é um episódio, passou a ter um outro conteúdo de classe. Não mudou nada decisivo no processo histórico, menos ainda na base econômica da Rússia, mas sim mudou a caracterização do POR.

OS ESCRITOS DE GUILLERMO LORA POSTERIORES A 1991 NEGAM O REVISIONISMO DO POR

A maioria do POR afirmou durante a divergência interna que houve a passagem “orgânica” da “propriedade social” (soviética) para burguesa que se refletiu na “transformação orgânica” da burocracia estalinista em burocracia burguesa. Essa passagem “orgânica” se realizou sem a constituição da burguesia como classe dominante na economia e no Estado. Ora, como demonstrar que houve a restauração se a base material econômica não tinha mudado desde que em 2016 se defendera que continuava em pé a propriedade nacionalizada e o estado operário? Eis porque se recorreu à formalidade política e à constituição jurídica como o indicador mais preciso da restauração capitalista.

No jornal Masas 2830 boliviano (09/04/2025), afirma-se que a Rússia já não é socialista, e que é “governada por uma oligarquia burocrática reacionária ... que renegou do socia-

lismo destruindo a URSS de Lênin e Trotsky”. Assim, “um punhado de magnatas multimilionários dentro dos quais vai se gestando a nova burguesia russa, com Putin à cabeça, impulsionam o processo da restauração capitalista de sua economia, sob a forma de capitalismo de estado (...)”. O POR da Bolívia traduz o conteúdo da revisão explicitado no parágrafo anterior. E recorre a conceitos que o próprio Trotsky usou em luta contra a burocracia, sem nunca se referir a que eram sinônimos da restauração. A Rússia nunca foi socialista, embora iniciasse a transição ao socialismo. Quando se afirma que Rússia “já não é socialista”, dando a entender que em algum momento o foi, o POR se coloca no campo teórico do estalinismo - e não do trotskismo. Trotsky por diversas vezes usou o conceito de “oligarquia” como sinônimo da burocracia em referência a uma casta que consumia parasitariamente (e com vida de luxo) parte do sobretrabalho operário e camponês. O próprio Lora, como veremos logo à frente, falou dos “renegados do socialismo” em referência à burocracia estalinista que começou governar por meio da formalidade democrática burguesa. Os “magnatas multimilionários” se gestaram no seio da burocracia, mas nunca romperam seus laços se independizando (política e economicamente) dessa. Enfim, não há nada na formulação do POR Boliviano que expresse uma síntese que “indique” que a restauração foi concluída. Mas, o que é fato incontestável é que o POR boliviano rompeu com Guillermo Lora, seu histórico dirigente.

Guillermo Lora afirmou ainda em 1994 e 1996 que por trás da adoção das formas da democracia burguesa continuava no controle a burocracia herdeira do estalinismo. Ele partia da avaliação objetiva de que “O avanço capitalista não gerou ainda uma burguesia russa”. Diferentemente, eram “Os grupos que se nutrem da nomenclatura” que se potenciaram. Lora contestava os revisionistas que já em 1993 afirmavam que a Rússia era capitalista mostrando a constituição da democracia formal burguesa como seu “fato” incontestável. Diferentemente, para Lora “Os governos que substituíram às camarilhas bonapartistas muitas vezes estão conformados pelos elementos que renegaram – real ou aparentemente – de suas velhas convicções, visando a continuar controlando os resortes do poder político” (“Derrocada do estalinismo”, Tomo 57 das Obras Completas). Os centristas, continua Lora, “Confundem o fato de que a burocracia estalinista se apoia em mecanismo de democracia formal para governar a favor da penetração imperialista pela consumação da ditadura capitalista, que é a essência do Estado burguês”. E dessa forma “cometem o absurdo de caracterizar a existência de um Estado burguês sem burguesia, ou de um Estado não operário”, sendo incapazes “de colocar a tarefa da defesa das bases da revolução de outubro, que somente pode trunfar perante a restauração por meio da revolução política ...” Daí a conclusão de que “o proletariado deve lutar por recuperar o controle do aparelho estatal e por restaurar a ditadura do proletariado, expulsando ao bando de burocratas que está no governo.” Lora afirmava isso quando se chegava ao grau mais elevado das privatizações e da tendência restauracionista de Iéltsin.

Esses centristas “incapazes” de compreender a dialética histórica e suas contradições se acobertam hoje sob a bandeira do CERQUI. Os poristas romperam objetivamente com de Lora ao renegar que somente “Quando a restauração capitalista ... avance muito além e leve à burguesia ao poder, somente então se poderá falar de revolução social”, e de estado burguês. Assim como era para Lora, para o PPRI não pode

existir estado burguês sem a constituição da burguesia como classe dominante.

A OTAN ESTEVE (E ESTÁ) ENVOLVIDA 'DIRETAMENTE' NA GUERRA NA UCRÂNIA

No editorial do Massas 735, se diz que a “particularidade” da guerra na Ucrânia é que “envolve a aliança dos Estados Unidos e potências europeias contra a Rússia em torno à Ucrânia. Sua transcendência corresponde a um confronto entre potências nucleares. Esse foi o fator que **dissuadiu uma intervenção direta da OTAN contra a Rússia**. A aliança imperialista ... é mais poderosa do ponto de vista econômico e militar. Eis por que a sombra de uma guerra envolvendo os mais poderosos detentores do armamento nuclear trouxe o espectro de uma terceira guerra mundial (...)” (destaques nossos)

No artigo “A história secreta da guerra na Ucrânia” do New York Times (NYT) afirma-se que os EUA travaram “secretamente” uma guerra direta contra a Rússia. Segundo o NYT, “Militares e oficiais da CIA ajudaram a planejar e apoiar a campanha de ataque na Criméia anexada pela Rússia”, e reuniam-se “diariamente para definir metas” com os militares ucranianos. Sabe-se também que os complexos lançam-mísseis HIMARS “que mataram ou feriram 100 ou mais russos, ocorreram quase semanalmente” foram operados por militares dos EUA, que ainda “receberam luz verde para lançar ataques ... no fundo da própria Rússia” e “foram autorizados a aproximar-se do campo de batalha”.

O fato de não haver tropas da OTAN uniformizadas com tais e uma declaração de guerra do imperialismo contra Rússia não obscurece o fato de que participa dela “diretamente”. O NYT informa de militares norte-americanos presentes na linha de frente e nas ações armadas. Segundo os jornalistas britânicos, em Odessa está estacionada uma “seção” dos SAS (Forças especiais britânicas) fazendo segurança militar de estruturas militares. Mísseis russos alvejaram durante três anos concentração de militares da OTAN, matando centenas desses. Tampouco se deve esquecer que a guerra não é apenas disposição de tropas no terreno, mas fundamentalmente a coordenação e comando das ações militares.

Só um negacionista pode afirmar que os EUA “decidiu” não entrar em guerra “direta” com a Rússia. Se assim não fosse, qual o sentido de os EUA negociarem a “paz” com Rússia sem a Ucrânia? É certo que a Ucrânia e suas tropas são apenas a bucha do canhão que maneja e ativa o imperialismo, portanto, isso significa que é um “destacamento” armado ao serviço da guerra dos EUA contra Rússia. Foi isso que o NYT confirmou ao assinalar que “a Ucrânia foi, de forma mais ampla, uma vingança na longa história de guerras por procuração entre os EUA e a Rússia”. Isso chama-se “confissão de parte” - apesar do POR.

A RÚSSIA ESTÁ À FRENTE NA PRODUÇÃO MILITAR E TECNOLÓGICA DE ARMAMENTOS MODERNOS

Enquanto a guerra empobreceu e esvaziou militarmente a Europa e, em certa medida, os EUA, esgotando estoques que demoram anos a ser repostos, a Rússia aumentou em três vezes a produção de armamento. Demonstrou capacidades que ainda não foram conquistadas pelos países capitalistas mais avançados (mísseis hipersônicos). Aumentou por várias vezes a capacidade de produção de robôs, continua →

drones e armamento novo. Sua economia cresceu e diversificou, elevando o nível de vida de sua população. Hoje, a Rússia é considerada a quarta economia mundial (pelo critério de paridade de poder de compra), por cima da Alemanha e Japão. E isso em meio aos bloqueios, boicotes, congelamento de ativos etc. Os próprios governos burgueses capitalistas e imperialistas o reconhecem. Mas, o POR insiste em afirmar que a Rússia parasita a “herança” soviética.

Se sua capacidade nuclear é a única garantia da soberania, como é possível explicar que produz armamento novo e avançado tecnologicamente que inunda o campo de batalha na Ucrânia, destruindo milhares de equipamentos da OTAN, e avança na conquista de territórios sem recorrer às armas nucleares? Isso se explica pela existência de uma base industrial e capacidades de se adaptar às novas circunstâncias rapidamente. E é propriedade estatizada pela revolução que está na base desse fenômeno que é impenetrável à compreensão para o POR. Preso a suas caracterizações, é incapaz de perceber a centralização e planificação da economia como “heranças” revolucionárias que ainda permanecem em pé, apesar das violentas deformações de seu funcionamento pela burocracia.

RESQUÍCIOS DA PLANIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA EM MEIO AOS MÉTODOS BUROCRÁTICOS

“A Rússia executou uma estratégia industrial de guerra centralmente coordenada”, afirmou um general da OTAN. De fato, o governo russo redirecionou fundos, centralizou a direção das empresas estatais e aprovou diretrizes para a produção operar 24 horas por dia. Direcionou créditos volumosos e constantes pelo estado, e implementou uma única “estrutura” de comando nas fábricas e serviços. O resultado? Armas modernas, produção crescente e entrega constante de equipamentos modernos e atualizados às linhas da frente. Eis o resultado da verticalização da direção da produção militar, mas também da civil que serve de função auxiliar à economia de guerra. O “segredo” que se esconde ao POR sob sete chaves é bem simples: trata-se da propriedade nacionalizada que permite essa “integração” e “centralização” por não estar determinada pelos lucros e a anarquia da produção capitalista.

A Rússia tem um orçamento inferior aos dos EUA, mas elevou a produtividade e eficiência das fábricas em um ritmo acelerado que os EUA são incapazes de garantir atualmente. A Rússia conta com recursos e mão de obra especializada que favorecem a integração vertical da produção estatal. Existe uma elevada integração interna das cadeias de suprimentos e logística. Eis porque se vários componentes e mercadorias críticas dependem da divisão do trabalho social sob controle do imperialismo, a “centralização” e “planificação” permitiram à Rússia um aproveitamento “racional” desses recursos. O que se combinou com um aumento dos salários e a criação de dezenas de milhares de novos empregos. Em meio à guerra comercial e bélica com o imperialismo, o desemprego caiu de 4,3% em 2021 para 2,4% no final de 2024, sobretudo, devido à injeção de fundos do governo na indústria de defesa, vestuário, alimentos e combustível etc. A isso soma-se os maciços investimentos estatais em pesquisa e desenvolvimento. Centenas de novas empresas e novos comércios surgiram.

O marxismo ensina que as guerras são decididas, em última instância, pela produtividade social e a produção em massa que um país alcançou em seu desenvolvimento. Nes-

tes últimos três anos, a velocidade e o volume, assim como o custo-eficiência e o aumento da composição orgânica e técnica da produção na Rússia se expressam nas vitórias do estado operário degenerado sobre a OTAN. A “ajuda” da China à Rússia é também um indicador da superioridade da produção baseada na propriedade nacionalizada sobre a propriedade privada monopolista, apesar das deformações burocráticas. A aliança de todas as potências imperialistas e de seus vassalos não conseguiu até agora derrotar a “aliança” oportunista das burocracias herdeiras do estalinismo. As vitórias da Rússia não se devem à burocracia, mas às conquistas revolucionárias que aquela está obrigada a defender nas atuais condições.

O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO POLÍTICA MANTÉM TODA SUA VIGÊNCIA

Os fatos objetivos da realidade e os fundamentos desenvolvidos acima demonstram a falsificação das caracterizações que levaram o POR a afirmar que o capitalismo fora restaurado na Rússia. Portanto, é forçoso reconhecer (mas que pese ao POR) que tudo o que temos relatado se deve, fundamentalmente, a permanência da propriedade estatizada pela revolução proletária na Rússia. É sobre essa base que se desenvolvem (embora seja parcialmente) suas capacidades industriais. É essa base material a “herança” da URSS que sobreviveu à sua queda. Portanto, é graças a essa “herança” que não se completou a restauração capitalista, embora continue o processo restauracionista como tendência histórica.

Essa contradição dialética é incapaz de ser aprendida pelos revisionistas que procedem como metafísicos se apegando às formas conjunturais de um fenômeno histórico. Para um marxista, é a base econômica que determina o conteúdo de classe do estado. E como disse Trotsky, “um regime que conserva propriedade expropriada e nacionalizada contra o imperialismo é, por isso, independentemente das formas políticas, a ditadura do proletariado”. É essa premissa que o PPRI traduziu em seu programa aprovado ao afirmar que “A propriedade nacionalizada é um obstáculo à restauração, mas também um ponto de apoio do proletariado na luta pela derrocada das burocracias contrarrevolucionárias restaurando a ditadura proletária, dando assim salto à luta pela revolução socialista mundial”.

O PPRI inscreveu também em seu programa a tese de que “Apesar da política contrarrevolucionária das burocracias, enquanto permaneçam em pé as bases materiais que dão seu conteúdo social operário aos países que fizeram a revolução, esse antagonismo fundamental subordinará os choques e conflitos mundiais e condicionará, portanto, o programa, a tática e linha política do partido revolucionário”. É precisamente essa realidade objetiva que impulsiona o imperialismo para combater a Rússia, visando destruir a propriedade nacionalizada e derrubar a burocracia, transformando a Rússia em semicolônia. Essa caracterização guia nossa linha política na guerra na Ucrânia, que se mostrou acertada em sua tendência fundamental, enquanto a do POR teve de ser “reajustada” sob os rudes golpes da realidade.

Também consta em nosso programa a tese de que “A luta contra o imperialismo em defesa das conquistas revolucionárias – a economia nacionalizada e o Estado operário erguida sobre ela – é parte constitutiva do programa revolucionário”. Portanto, defendemos junto de Lora que está colocada a revolução política e restauração da ditadura proletária para retomar a via da revolução mundial. ●